



→ continuação

**CPFL Energia S.A.** - CNPJ nº 02.429.144/0001-93

**Relatório da Administração**

**Segmento de geração:** Os contratos de venda de energia relatados às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M, que é utilizado em nossos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), bilaterais e do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enecan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M. **Segmento de transmissão: Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):** A REH nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu as RAPs da CPFL Transmissão e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. A RAP do Contrato de Concessão prorrogado nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 1,122 bilhão, representando um incremento na ordem de 20% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2022-2023). Este aumento é devido, principalmente ao último ciclo do repêrimento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) que aumentou em 112% o componente.

(em milhares de reais)							
REH 3.067/2022 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias		RBSE (**)	Baixas e ajustes	Parcela de ajuste	REH 3.216/2023
933.599	36.677		3.279	150.190	-1.724	-53.167	1.068.854

(\*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA  
 (\*\*) Incremento do componente financeiro

A Receita Homologada líquida (de PIS e COFINS) total da CPFL Transmissão, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001 e nº 080/2002 (CEEE-T), nº 003/2013 - CPFL TRANSMISSÃO (Piracicaba), nº 006/2015 - MORRO AGUDO, nº 020/2018 - MARACANAU, nº 005/2019 - CPFL SUL I e nº 011/2019 - CPFL SUL II e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT			(em milhares de reais)		
	RBSE	RBNl	RBL	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste	Total 2024 (*)	Total 2023 (*)
055/2001	731.897	155.876	-	157.222	77.025	-	-53.167	1.068.854	917.241
080/2002	-	-	21.435	-	-	-	-446	20.989	21.733
001/2011	-	-	34.413	-	-	2.818	-6.026	31.204	24.009
003/2013	-	-	12.356	-	-	3.073	-255	15.173	14.137
006/2015	-	-	16.252	-	-	2.807	-392	18.667	17.531
020/2018	-	-	9.372	-	-	1.287	-193	10.466	10.362
005/2019	-	-	34.856	-	-	-	-682	34.174	-
011/2019	-	-	40.967	-	-	2.220	-2.414	40.772	-
	<b>731.897</b>	<b>155.876</b>	<b>169.651</b>	<b>157.222</b>	<b>77.025</b>	<b>12.203</b>	<b>-63.576</b>	<b>1.240.300</b>	<b>1.005.103</b>

(\*) Valores homologados considerando a Parcela de ajuste - PA  
**Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):** O Despacho ANEEL nº 402/23 de 14 de fevereiro de 2023 postergou o escopo total da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2023 das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, repercutindo no Contrato de Concessão nº 055/2001 (CEEE-T) e, adiu parcialmente o escopo da RTP de 2023 da RAP das concessionárias de transmissão licitadas, exclusivamente no que se refere aos Reforços e Melhorias, afetando o contrato nº 003/2013 da CPFL-T Piracicaba. Em 13 de junho de 2023 foi publicada a REH nº 3.205/2023 que homologou o resultado parcial da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Em consonância com o DSP 402/2023, foi realizada a revisão da RAP ofertada no Leilão do contrato nº 003/2013, CPFL-T Piracicaba, através do recálculo do Custo de Capital de Terceiros (rp). O índice de reposicionamento do contrato nº 003/2013 alcançou +7,87%. Entretanto, este índice não foi aplicado no reajuste tarifário das transmissoras em 2023 e, conforme DSP ANEEL nº 4.675/2023, será incluído no reajuste do ciclo 2024/2025 com efeitos retroativos. **Contrato de Concessão nº 004/2021 - Cachoerinha 3:** Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoerinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação comercial no contrato estava prevista para 30 de setembro de 2024, porém, em 26 de novembro de 2023, foi energizada de forma antecipada com receita de R\$ 10.739.259,16 (dez milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e nove reais e dezesses centavos). **Contrato de Concessão nº 001/2011 - TESB:** Em 28 outubro de 2023 foi energizada a última obra da subsidiária TESB, a LT 230kV PORTO ALEGRE 9/PORTO ALEGRE 8, resultando no montante de receita da concessão de R\$ 43.161.248,90 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos).

**3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**VENDAS DE ENERGIA:** Em 2023, o fornecimento de energia elétrica (quantidade de energia facturada para consumidores cativos) totalizou 45.287 GWh, indicando uma redução de 2,0% (ou seja, 947 GWh) em relação a 2022. Destaca-se o desempenho das classes residencial, comercial e industrial, que juntas representam 82,6% do fornecimento de energia elétrica: **• Classe Residencial:** aumento de 5,1% refletindo o bom desempenho da massa de renda, temperaturas maiores registradas e incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída); **• Classe Comercial:** retração de 6,3% devido ao incremento da MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e as migrações dos clientes cativos para o mercado livre; **• Classe Industrial:** retração de 16,2% refletindo a desaceleração da produção industrial e migração de clientes cativos para o mercado livre. O suprimento de energia elétrica, por meio de outras concessionárias, permissionárias e autorizadas, atingiu 17.908 GWh, o que representou um incremento de 18,7% (2.822 GWh). Esse desempenho reflete a migração das permissionárias para Uso D. **Desempenho no segmento de distribuição de energia elétrica:** O Grupo manteve a estratégia de estimular a disseminação e o compartilhamento das melhores práticas de gestão e operação nas distribuidoras, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. A seguir são apresentados os resultados alcançados pelas distribuidoras nos principais indicadores que medem a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica. O DEC (Duração Equivalente de Interrupções) mede a duração média, em horas, de interrupção por consumidor no ano e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções) indica o número médio de interrupções por consumidor no ano.

Distribuidora	Indicadores * DEC e FEC			
	DEC (horas)		FEC (nº vezes)	
	2023	2022	2023	2022
CPFL Paulista	5,14	5,25	3,26	3,56
CPFL Piratininga	4,57	4,95	3,14	3,65
RGE	8,63	10,55	3,98	4,63
CPFL Santa Cruz	5,04	4,74	3,22	3,22

**Desempenho no segmento de geração de energia elétrica:** O ano de 2023 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2022. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 95,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,2%, mas apesar do melhor desempenho dos ventos, as condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano. O cenário hidrológico favoreceu as nossas UHEs e PCHs, resultando em um aumento de 60,8% e 33,0% na vazão, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, a capacidade instalada do segmento de Geração do grupo CPFL totalizava 4.371 MW, compreendendo 8 usinas hidrelétricas (1.996 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 7 usinas termelétricas a biomassa (330 MW), 2 UTEs (182 MW) e 1 usina solar (1 MW). Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção, a PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

**4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**RECEITA OPERACIONAL:** A receita operacional bruta foi de R\$ 56.722 milhões, representando um aumento de 3,8% (R\$ 2.072 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de R\$ 1.435 milhões no ativo e passivo financeiro setorial; (ii) de 9,8% em outras receitas operacionais (R\$ 895 milhões); (iii) de 13,3% no suprimento de energia elétrica (R\$ 676 milhões); (iv) de 0,4% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 147 milhões). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes reduções: (v) de 12,8% na receita com construção da infraestrutura da concessão (R\$ 686 milhões); e (vi) de 28,3% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 396 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 16.978 milhões, apresentando um aumento de 11,0% (R\$ 1.683 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 39.743 milhões, representando um aumento de 1,0% (R\$ 389 milhões). **Geração operacional de caixa - EBITDA:** A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 12.829 milhões, um aumento de 4,6% (R\$ 567 milhões), refletindo principalmente a redução de 2,2% (R\$ 401 milhões) nos custos com energia elétrica e o aumento de 1,0% (R\$ 388 milhões) na receita operacional líquida. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes fatores: (i) redução de 35,0% (R\$ 172 milhões) na equivalência patrimonial, e (ii) aumento de 0,5% (R\$ 51 milhões) nos custos e despesas operacionais, inclusive gastos com previdência privada e custos com construção de infraestrutura.

Conciliação do Lucro líquido e EBITDA*		
	2023	2022
<b>Lucro líquido</b>	<b>5.537.162</b>	<b>5.218.792</b>
Depreciação e amortização	2.249.618	2.031.445
Amortização Mais - Valia de Ativos	577	579
Resultado financeiro	2.556.840	2.911.269
Contribuição social	668.553	561.078
Imposto de renda	1.817.068	1.539.757
<b>EBITDA*</b>	<b>12.829.818</b>	<b>12.262.921</b>

\*Conforme Resolução CVM nº 156/22

**Lucro líquido:** Em 2023, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 5.537 milhões, um aumento de 6,1% (R\$ 318 milhões), refletindo principalmente o aumento de 4,6% (R\$ 567 milhões) no EBITDA e a redução de 12,2% (R\$ 354 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 18,3% (R\$ 385 milhões) de imposto de renda e contribuição social; e (ii) de 10,7% (R\$ 218 milhões) em depreciação e amortização. **Destinação do lucro líquido do exercício:** A política de dividendos da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 50% do lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, aos titulares de suas ações. **Dividendos referente ao lucro líquido de 2023 base para distribuição:** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Dividendos 2023	R\$ mil
<b>Lucro líquido do exercício - controladora</b>	<b>5.527.101</b>
Realização da reserva de lucros a realizar	207.652
Realização do resultado abrangente	26.612
Dividendos prescritos	6.491
<b>Lucro líquido base para destinação</b>	<b>5.767.856</b>
Reserva legal	166.949
Reserva de lucros a realizar	728.098
Reserva de capital de giro	1.699.527
Dividendos mínimos obrigatório <sup>1</sup>	437.410
Dividendos adicional proposto	2.735.872
<b>Dividendo total proposto</b>	<b>3.173.282</b>

(<sup>1</sup>) Ao longo do exercício de 2023, a CPFL Energia realizou o pagamento de dividendos correspondentes à reserva de lucros, no montante de R\$ 902.628, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício. O Conselho de Administração propôs a distribuição de R\$ 3.173 milhões em dividendos aos detentores de ações ordinárias, negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O valor proposto corresponde a R\$ 2.753976596 por ação, relativo ao exercício de 2023 e será distribuído após a aprovação em AGO. **Endividamento:** No final de 2023, a dívida financeira bruta (incluindo derivativos) da Companhia atingiu R\$ 29.453 milhões, apresentando um aumento de 5,1%. As disponibilidades totalizaram R\$ 5.533 milhões, um aumento de 20,2%. Com isso, a dívida financeira líquida passou para R\$ 23.921 milhões, registrando um aumento de 2,1%. Esse aumento é principalmente consequência do forte investimento (CAPEX) realizado em todos os segmentos do grupo CPFL.

**5. INVESTIMENTOS**

Em 2023, foram realizados investimentos de R\$ 5.073 milhões para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 3.793 milhões foram direcionados à distribuição, R\$ 446 milhões à geração e R\$ 99 milhões à comercialização, serviços e outros. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 735 milhões relacionado ao segmento de transmissão. Entre os investimentos da CPFL Energia em 2023 podemos destacar: **Distribuição:** foram feitos investimentos na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes, entre outros. Em 31 de dezembro de 2023, nossas distribuidoras possuíam 10,5 milhões de clientes, um acréscimo de 0,2 milhões de clientes. Nossa rede de distribuição consistia em 342.986 km de linhas de distribuição, incluindo 518.756 transformadores de distribuição. Nossas quatro subsidiárias de distribuição tinham 11.991 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, detínhamos 591 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 20.176 MVA (acréscimo de 262 MVA); em 2023, foram investidos R\$ 446 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de parques eólicos e usinas; **Transmissão:** em 2023, foram realizados investimentos de R\$ 735 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os aportes realizados na controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 23 milhões.

**6. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A CPFL Energia ("Companhia") é a holding do Grupo CPFL, com mais de 110 anos de atuação no setor energético brasileiro, implementando e operando projetos e concessões nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia e de atividades correlatas, por meio de suas Subsidiárias e Afiliadas. Em 2023, a CPFL Energia completou 19 anos da abertura de seu capital na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"), na qual está listada no segmento de Novo Mercado. Este segmento de listagem diferenciado reúne empresas que aderem voluntariamente às melhores práticas de governança corporativa. Todas as ações da CPFL Energia são ordinárias, garantindo o direito de voto a todos os seus acionistas. Além disso, os acionistas têm assegurado Tag Along de 100% em caso de alienação do controle acionário. O modelo de governança corporativa adotado pela CPFL Energia é baseado em 5 princípios básicos do Sistema de Governança Corporativa no Brasil: integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. As Diretrizes de Governança Corporativa da Companhia, em conjunto com os Estatutos/Contratos Sociais das empresas do Grupo CPFL, os Regimentos Internos da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês e Comissões de Assessoramento ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, os Acordos de Acionistas (quando existentes) e as Políticas pertinentes a governança corporativa delineiam o conjunto das práticas adotadas pela CPFL Energia e estão disponíveis no website de Relações com Investidores. A Administração da CPFL Energia é formada pelo Conselho de Administração ("CA") e pela Diretoria Executiva ("DE"). O CA é responsável pelo direcionamento estratégico dos negócios do Grupo CPFL, sendo composto atualmente por 7 membros, todos com mandato de 2 anos, com possibilidade de reeleição. Atualmente, o CA é composto por 2 membros independentes (representando 28,5% do órgão) e 1 mulher (representando 14,3% do órgão), que representam a oportunidade de introduzir novas experiências nos debates. O CA possui 5 comitês de assessoramento (Finanças e Gestão de Riscos e Estratégia, Crescimento, Inovação e ESG, Auditoria, Partes Relacionadas e Pessoas) que auxiliam nas decisões e acompanhamento de temas relevantes e estratégicos. Destacam-se o Comitê de Auditoria é composto por 3 membros independentes (sendo 2 membros do CA e 1 membro externo) e o Comitê de Partes Relacionadas por maioria de independentes. A DE é composta por 1 Diretor Presidente e 8 Diretores Vice-Presidentes, cujos respectivos titulares dos cargos possuem mandatos de 2 anos, com possibilidade de reeleição. Cabe à DE a execução da estratégia do Grupo CPFL definida pelo CA em conformidade com as diretrizes de governança corporativa. A CPFL Energia também possui um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos com mandato de 1 ano, com possibilidade de reeleição. Sua função é desempenhar um papel de fiscalização independente dos administradores e com objetivo de preservar o valor da organização. Para assegurar a qualidade e integridade das atividades rotineiras dos órgãos acima mencionados, em 2019 foi criada a Diretoria de Governança Corporativa, que atua de forma a gerir, controlar e aperfeiçoar constantemente os processos de governança do Grupo CPFL. A Diretoria de Governança Corporativa responde funcionalmente ao CA, operando em várias frentes a fim de assegurar a adoção de melhores práticas de Governança Corporativa e garantir o alinhamento do processo decisório com a visão estratégica dos acionistas e melhor interesse de todos os stakeholders, gerando valor a longo prazo e atendendo aos princípios de governança corporativa. Tal é composta por 2 gerências: a de Governança Corporativa e a Jurídico-Societária, que conta com a Coordenação de Assuntos do CA. A Coordenação de Assuntos do CA realiza o acompanhamento de temas estratégicos e projetos de interesse do CA, monitora a execução e desenvolvimento dos temas deliberados no CA com suporte das áreas de negócio do Grupo CPFL. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos e por meio da apresentação de KPIs, o CA conta com uma ferramenta de gestão inovadora no mercado brasileiro que assegura controle, compliance, transparência e responsabilidade corporativa nos processos de governança do Grupo CPFL. Em 2023 a coordenação monitorou 202 temas e divulgou 41 newsletters sobre assuntos de relevância. Em suas atividades, a Coordenação conta com a contribuição e integração com todas as áreas de negócio da Companhia e por meio do monitoramento da execução e desenvolvimento dos temas deliberados no CA, a Coordenação representa uma importante ferramenta de *accountability* para a Companhia. As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à Governança Corporativa estão disponíveis no website de Relações com Investidores: <http://www.cpfll.com.br/ri>.

**7. MERCADO DE CAPITAIS**

Em 31 de dezembro de 2023, a CPFL Energia possuía 16,29% de suas ações em circulação no mercado (*free float*), tendo suas ações negociadas no Brasil (B3). Em 2023, as ações da CPFL Energia apresentaram uma valorização de 16,0% em relação ao ano anterior, encerrando o ano cotadas a R\$ 38,51 por ação. O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 62,7 milhões na B3, representando um decréscimo de 32,1% em relação a 2022. A discussão referente à renovação das concessões, junto ao pedido de recuperação judicial da Light, somados a outros fatores macroeconômicos, como a taxa de juros, contribuíram para essa queda no volume. O número de negócios realizados na B3 apresentou uma queda de 27,2%, passando para uma média diária de 7.926 negócios, em 2023.

Data	B3		
	CPFE3	IEE	IBOV
28/12/2023	R\$ 38,51	94,957	134.185
30/12/2022	R\$ 33,20	78,679	109.735
<b>Var. 12M</b>	<b>16,0%</b>	<b>20,7%</b>	<b>22,3%</b>

Na B3, a CPFL Energia compõe os índices IBOVESPA, IBRX-100, IEE, IDIV, IGC, ITAG, ISE e ICO2, sendo os dois últimos, índices da bolsa brasileira que consideram o tema da sustentabilidade. Além disso, a empresa integrou a primeira carteira do IDIVERSA, índice lançado em 2023, que trata da diversidade das companhias listadas.

A Companhia está também nos índices FTSE4Good *Emerging Markets* e FTSE4GOOD *Latin America Markets*, ambos da Bolsa de Londres, com nota 3,2 (o mínimo exigido para participação é 2,9).

**8. ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)**

Desenvolvemos iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaca a seguir: **Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: [www.cpfll.com.br/ri](http://www.cpfll.com.br/ri) > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas. **Gestão ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. **Reconhecimentos de sustentabilidade em 2023:** integrante dos Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e de Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores de São Paulo (B3); selo Ouro no Programa GHG Protocol; 5 projetos destacados no Brasil pelo Meio Ambiente, iniciativa da Amcham e do ICC; Prêmio Abreade 2023, categoria Responsabilidade Socioambiental (CPFL Santa Cruz e CPFL Paulista); Certificação Top Employers 2023; Anuário Época Negócios 360 - Categoria Energia. **Tema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e práticas, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a política da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas "Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade", "Assédio moral e tratamento desrespeitoso", "Assédio sexual e importunação sexual", e "Código de Conduta Ética para fornecedores", dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*. **Relacionamento com a Comunidade:** (i) Instituto CPFL - O Instituto CPFL (ICPFL) é a plataforma de investimento social privado do grupo CPFL Energia. Com mais de 20 anos de trajetória e sede em Campinas, é o responsável pela integração das iniciativas sociais da companhia. Através de programas culturais, esportivos e educacionais, o Instituto atua em cinco frentes: o CPFL Jovem Geração, que apoia iniciativas para o futuro das novas gerações; o CPFL nos Hospitais, que apoia projetos de humanização e melhorias em hospitais públicos; o CPFL Intercâmbio Brasil-China, que constrói cooperações, diálogos e mediações entre as culturas chinesa e brasileira; o Circuito CPFL, que promove atividades itinerantes de corrida, caminhada e sessões de cinema movidas a energia solar; e o Café Filosófico CPFL, broadcast de reflexões do Instituto CPFL que conta com transmissões online, programas de televisão e podcasts. O Instituto também realiza outras atividades, como exposições de artes, concertos da música e sessões de cinema. Em 2023, o grupo CPFL destinou R\$ 37,6 MM (através das leis de incentivo fiscal de IR Cultura, IR Esporte, CMDCA e CEMI). **Resultados 2023:** 1) CPFL nos Hospitais: Com nossa frente CPFL nos Hospitais, que engloba projetos de melhorias estruturais e de humanização hospitalar, apoiamos 25 hospitais, beneficiando cerca de 660 mil pessoas; 2) CPFL Jovem Geração: Com a frente CPFL Jovem Geração, beneficiamos 10 mil jovens através de projetos de música, literatura e esporte voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; 3) CPFL Intercâmbio Brasil-China: Em 2023, ocorreu a 7ª temporada da frente Intercâmbio Brasil-China, que atingiu 813 mil espectadores. Essa edição contou com *playlists* de música e vídeo, uma mostra de cinema, o 2º festival da lua, um concerto de música e dois encontros especiais do café filosófico movid. 4) Circuito CPFL: Circuito CPFL: Em 2023, através da frente Circuito CPFL, levamos cinema online a energia solar para 113 cidades, rodamos 25 mil quilômetros, alcançando mais de 30 mil espectadores; 5) Café Filosófico CPFL: Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2023, realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas em um Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no YouTube; 6) Voluntariado: Em 2023, fortalecemos o programa de voluntariado da CPFL, o Semear, apoiando 27 ONGs, beneficiando 4 mil pessoas das nossas comunidades parceiras; 7) Eficiência Energética (0,5% da ROL): Em 2023 foram investidos R\$ 123,6 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 19,7 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 4.801 clientes; substituição de (b) 102.318 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) 3.561 trocadores de calor. Foram também executados projetos educacionais; (d) que capacitaram 27.326 alunos e 1.868 professores do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 7,1 milhões. Executou ainda (e) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 22.255 pontos de iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 21,5 milhões. Por fim, (f) investiu R\$ 61,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos e substituição de geladeiras

tradicionais por freezers científicos em unidades de saúde. **Gestão de Recursos Humanos:** Em 2023, treinamos 6.432 colaboradores da base ativa. Foram 20.979 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitas ao longo do ano, foram 34 turmas, 857 participantes, 621 aprovados e 536 contratações. **Rede de Valor:** Em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

**9. AUDITORES INDEPENDENTES**

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário
Licença de software e prestação de serviços de Suporte Técnico
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditória". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos

Balancos Patrimoniais										
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)										
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado			Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
<b>ATIVO</b>					<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	171.795	189.100	4.435.186	3.746.158	17	1.942	2.068	3.692.489	3.227.768
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.097.438	856.244	18	-	-	3.531.710	3.362.615
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	6.190.130	5.071.130	19	-	-	980.841	1.323.011
Estoque	-	-	-	151.744	190.310	20	-	-	549.549	699.336
Dividendo e juros sobre o capital próprio	13	883.352	866.863	10.286	5.114	-	-	-	170.138	78.228
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	13.117	35.291	655.247	525.532	21	14.842	25.471	771.899	455.493
Outros tributos a compensar	8	16.911	36.902	589.175	751.353	21	8.118	18.494	1.076.007	440.270
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8	-	-	2.355.498	1.685.643	-	-	-	3.140.112	-
Derivativos	34	-	-	88.315	201.698	31	-	-	473.085	1.243.106
Ativo financeiro setorial	9	-	-	293.066	230.816	-	-	-	570.319	1.421.994
Ativo contratual	15	-	-	748.783	709.222	-	-	-	198.994	182.768
Outros ativos	12	282	74	1.438.485	1.206.817	34	-	-	61.015	76.759
<b>Total do circulante</b>		<b>1.085.457</b>	<b>1.128.231</b>	<b>18.051.353</b>	<b>15.180.037</b>				<b>1.163.287</b>	<b>281.398</b>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	164.914	205.659	-	-	-	6.106	5.687
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	-	-	-	-	-	-	-	-	1.609.435	945.091
Depósitos judiciais	22	547	537	789.734	716.921	23	26.365	28.873	2.216.083	2.354.869
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	411	411	85.147	121.381	-	-	-	397.422	424.945
Outros tributos a compensar	8	-	-	515.153	528.493	-	-	-	9.979.666	10.405.052
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8	-	-	4.162.169	6.794.863	-	-	-	11.944.986	10.291.747
Ativo financeiro setorial	9	-	-	200.111	214.133	-	-	-	1.503.118	1.586.390
Derivativos	34	-	-	590.935	305.862	-	-	-	-	-
Créditos fiscais diferidos	10	3.081	2.566	325.404	247.816	-	-	-	274.976	255.017
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	21.617.521	18.202.007	-	-	-	934.248	1.012.970
Investimentos em instrumentos patrimoniais	-	-	-	39.435	89.041	-	-	-	2.318.542	2.126.655
Outros ativos	12	4.312	9.330	377.313	287.039	-	-	-	-	-
Investimentos	13	18.291.206	16.402.651	520.662	622.508	22	292	166	1.513.371	1.345.236
Imobilizado	14	4.575	2.573	10.135.751	10.614.068	-	-	-	2.803.121	-
Intangível	16	96	141	8.973.764	9.907.344	31	-	-	495.825	265.898
Ativo contratual	15	-	-	8.421.892	7.108.310	34	-	-	458.436	262.806
<b>Total do não circulante</b>		<b>18.342.171</b>	<b>16.471.067</b>	<b>56.919.874</b>	<b>55.966.044</b>				<b>16.655.128</b>	<b>16.655.128</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>19.427.628</b>	<b>17.599.298</b>	<b>74.971.227</b>	<b>71.146.081</b>				<b>18.828.415</b>	<b>18.828.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados										
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)										
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado			Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022	
<b>Resultado do serviço</b>					<b>Resultado do serviço</b>					
<b>Resultado de participações societárias</b>					<b>Resultado de participações societárias</b>					
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>					<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>					
<b>Resultado financeiro</b>					<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	-	-	-	-	Receitas financeiras	29	(261)	29.528	1.935.333	2.154.127
Despesas financeiras	-	-	-	-	Despesas financeiras	-	(2.210)	(65.737)	(4.492.173)	(5.065.396)
<b>Lucro antes dos tributos</b>					<b>Lucro antes dos tributos</b>					
Contribuição social	-	-	-	-	Contribuição social	-	(13.054)	(5.851)	(668.553)	(561.078)
Imposto de renda	-	-	-	-	Imposto de renda	-	(39.802)	(19.643)	(1.817.068)	(1.539.757)
<b>Lucro líquido do exercício</b>					<b>Lucro líquido do exercício</b>					
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	-	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	-	-	-	-	Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	25	4,80	4,43	4,80	4,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido												
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)												
	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária/Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Dividendo atribuído	Custo do patrimônio líquido	Reserva de lucros abrangente acumulado	Participação de acionistas não controladores	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689	3.735.932	301.237	(2.161.267)	-	15.146.202	4.724	1.654.954	16.805.879
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	-	-	706.371	5.099.586	5.805.957	118.747	5.720.318	5.099.586	10.819.903
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	254.979	767.405	1.683.741	(27.124)	(2.679.000)	-	(1.778)	1.778	-	717.369
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(41.097)	41.097	-	(2.693)	2.693	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	254.979	-	-	13.973	(13.973)	-	916	(916)	-	-
Constituição/Reversão de reserva de lucros no exercício	-	-	-	767.405	1.683.741	-	(2.451.145)	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>												
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	(2.420.586)	(4.695.559)	(495.081)	(5.190.638)	-	-
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	249.807	-	-	-	-	-	1.026.283	1.026.283	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	1.211.152	-	-	(1.379.460)	(1.129.653)	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	9.388.071	(1.396.339)	1.710.665	4.840.094	1.683.741	274.113	(1.454.897)	2.946	1.280.399	17.539.944	1.654.954	16.805.879
<b>Resultado abrangente total</b>												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.527.101	5.168.133	10.061	5.178.194	-	-
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>												
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	166.949	1.699.527	520.445	(26.612)	(2.360.310)	-	(1.778)	3.557	1.780	358.015
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	(40.321)	40.321	-	(2.693)	2.693	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	13.709	(13.709)	-	916	(916)	-	-
Constituição/Reversão de reserva de lucros no exercício	-	-	166.949	1.699.527	520.445	-	(1.66.949)	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de reserva de lucros no exercício	-	-	-	1.699.527	520.445	-	(1.211.152)	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de reserva de lucros no exercício	-	-	-	-	-	-	2.735.872	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>												
Aumento (redução) de capital	-	-	(568)	(902.628)	1.524.720	-	(3.166.790)	(2.545.266)	(4.284)	(4.284)	-	-
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	-	568	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	9.388.071	(1.396.306)	1.877.614	5.636.993	2.204.186	247.502	(1.813.865)	1.167	1.118.120	19.998.753	1.654.954	16.805.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica no Brasil. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Distribuição de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização/Área de concessão (Estado)	Nº de municípios	Nº de consumidores aproximados (em milhares)	Prazo da concessão	Término da concessão
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior de São Paulo	234	4.952	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	Interior e litoral de São Paulo	27	1.942	30 anos	Outubro de 2028
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e Indireta 100%	Interior do Rio Grande do Sul	38	3.103	30 anos	Novembro de 2027
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Direta 100%	Paraná e Minas Gerais	45	504	30 anos	Julho de 2045

Geração de energia	Tipo de sociedade	Participação societária	Localização (Estado)	Nº usinas/parques	Potência instalada (MW)
CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta e indireta 100%	(b)	(b)	(b)
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Direta 100%	São Paulo	n/a	n/a
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 65%	Rio Grande do Sul	360	234
Foz do Chapeco Energia S.A. ("Foz do Chapeco")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 51% (c)	Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	855
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 52,12% (d)	Santa Catarina	1 usina hidrelétrica	880
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 25,01%	Rio Grande do Sul	1 usina hidrelétrica	690
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 53,34%	Paraíba	2 usinas termelétricas	342
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta 56,93% (a)	Tocantins	1 usina hidrelétrica	903



**CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 02.429.144/0001-93**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
 Para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas decisões da empresa. Já o IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que o IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas. As empresas são obrigadas a aplicar o IFRS S1 e o IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026. Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará os relatórios de sustentabilidade e clima de forma voluntária e antecipada para 2024.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas de ativo ou passivo. O Grupo determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - **Imobilizado, intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo imobilizado, do intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 34) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos das concessionárias de distribuição, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária das distribuidoras. Este processo, realizado a cada quatro ou cinco anos, de acordo com cada concessionária, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa das distribuidoras que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária de distribuição ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	174	860	232.617	136.250
Aplicações financeiras	171.621	188.240	4.202.569	3.609.908
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	-	22.860	878
Títulos de crédito privado (b)	171.621	188.240	3.154.871	3.502.334
Fundos de investimento (c)	-	-	864.038	100.896
<b>Total</b>	<b>171.795</b>	<b>189.100</b>	<b>4.435.186</b>	<b>3.746.158</b>

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 2.957.163 (R\$ 2.899.482 em 31 de dezembro de 2022), e (ii) operações compradas em debêntures no montante de R\$ 358.508 (R\$ 608.651 em 31 de dezembro de 2022). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,63% do CDI (100,03% do CDI em 31 de dezembro de 2022). c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 99,88% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compradas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Através de fundos de investimentos (a)	665.935	208.886
Aplicação direta (b)	431.503	647.358
<b>Total</b>	<b>1.097.438</b>	<b>856.244</b>

(a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (LF) e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 99,88% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022). (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 101,75% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

**7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

Circulante	Saldos vencidos		Consolidado	
	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2023	31/12/2022
<b>Classes de consumidores</b>				
Residencial	1.241.639	792.215	124.536	2.158.390
Industrial	151.097	60.818	74.007	285.922
Comercial	292.956	119.728	48.247	460.932
Rural	105.497	35.241	17.619	158.356
Poder público	101.590	22.493	10.791	134.873
Iluminação pública	129.168	12.118	5.742	147.028
Serviço público	74.425	17.918	20.859	113.204
<b>Faturado</b>	<b>2.096.372</b>	<b>1.060.531</b>	<b>301.801</b>	<b>3.458.705</b>
Não faturado	1.939.177	-	-	1.939.177
Parcelamento de débitos de consumidores	161.561	46.338	59.443	289.264
Operações realizadas na CCEE	121.206	5.780	17.636	144.622
Concessionárias e permissionárias	508.828	245.691	22.182	776.701
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(8.059)	-	-	(8.059)
Outros	13.462	-	-	13.462
<b>Total</b>	<b>4.832.547</b>	<b>1.358.340</b>	<b>401.062</b>	<b>6.591.951</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(401.822)	(430.718)	-	(430.718)
<b>Total</b>	<b>6.190.130</b>	<b>5.071.130</b>		

**Não circulante**  
 Parcelamento de débito de consumidores  
 Energia livre  
 Operações realizadas na CCEE  
**Total**  
**Parcelamento de débitos de consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da CPFL. **Concessionárias e permissionárias** - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, efetuados, principalmente, pelas controladas CPFL Brasil e CPFL Renováveis e encargos de uso da rede pela controlada CPFL Transmissão. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")**: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 34 (f). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Consumidores, concessionárias e permissionárias</b>	<b>(459.396)</b>	<b>(30.138)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(515.266)	(1.336)
Recuperação de receita	212.662	(14.688)
Baixa de contas a receber provisionadas	31.281	14.683
Reclassificação de outros ativos	(7.562)	(7.561)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>(430.718)</b>	<b>(39.040)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(429.839)	662
Recuperação de receita	151.747	(24)
Baixa de contas a receber provisionadas	306.987	24
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>(401.822)</b>	<b>(38.378)</b>
Circulante	(401.822)	(440.200)

**8. TRIBUTOS A COMPENSAR**

Circulante	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Antecipações de contribuição social - CSLL	10.563	94.338
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	22.595	262.763
Imposto de renda e contribuição social a compensar	622.089	168.431
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>655.247</b>	<b>525.532</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	17.903	43.468
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	107.107	90.519
ICMS a compensar	299.259	477.271
Programa de integração social - PIS	32.302	32.792
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	127.392	101.471
Outros	5.212	5.533
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>589.175</b>	<b>751.353</b>
<b>Total circulante</b>	<b>1.244.422</b>	<b>1.276.885</b>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	6.059	6.771
Imposto de renda a compensar - IRPJ	79.088	114.610
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>85.147</b>	<b>121.381</b>
ICMS a compensar	412.400	407.150
Programa de integração social - PIS	95.943	112.611
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.058	7.980
Outros	752	752
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>515.153</b>	<b>528.493</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>600.300</b>	<b>649.874</b>

**Antecipações de Contribuição social - CSLL e Imposto de renda - IRPJ** - refere-se ao recolhimento a maior de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2023. **Imposto de renda retido na fonte - IRRF** - refere-se principalmente a IRRF de operações, aplicações financeiras, ICMS a compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados, ativos intangíveis e ativos financeiros.

**Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:**

Ativo Circulante	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
PIS sobre ICMS	491.213	296.009
COFINS sobre ICMS	1.864.285	1.389.634
<b>Total circulante</b>	<b>2.355.498</b>	<b>1.685.643</b>
<b>Não circulante</b>		
PIS sobre ICMS	671.508	1.217.027
COFINS sobre ICMS	3.490.661	5.577.836
<b>Total não circulante</b>	<b>4.162.169</b>	<b>6.794.863</b>

**Passivo - PIS/COFINS devolução consumidores**  
 Circulante  
 Não circulante  
 As controladas (i) CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE Sul, CPFL Santa Cruz, (ii) CPFL Brasil e (iii) CPFL Serviços ingressaram com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos nos 05 anos anteriores ao ajuizamento das ações até os respectivos trânsitos em julgado. Em 2019 e 2021, a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ato considerado "praticamente certo", foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, nas controladas CPFL Santa

Cruz (relacionado a empresa incorporada em dezembro de 2017), e da RGE (relacionado a empresa incorporada em dezembro de 2018). A partir de 2020 as controladas que possuem créditos fiscais habilitados junto à Receita Federal do Brasil iniciaram as compensações. Durante os reajustes tarifários de 2021, 2022 e 2023 das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga foram considerados a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes das referidas ações judiciais, como componente financeiro negativo extraordinário nos montantes de R\$ 204.257, R\$ 1.781.780, R\$ 1.774.296 e R\$ 1.030.185 respectivamente. Importante salientar que, baseado na opinião de seus assessores legais, o Grupo entende que para as distribuidoras a necessidade de devolução aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento. Em 28 de junho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. O Grupo entende que tal dispositivo legal não retira o direito de ter verificado em favor de suas controladas os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro de 2022 a ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual as distribuidoras do Grupo são associadas, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuindo sob nº 7324, questionando referida legislação, a qual pende de julgamento. Logo, a decisão contábil do Grupo de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

**9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL**

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2022		Receita operacional (nota 26)		Resultado financeiro (nota 29)		Recebimento			Saldo em 31/12/2023		
	Diferido	Homo-logado	Total	Consti-tuição	Realiza-ção	Atualização monetária	Devolução de crédito de PIS/COFINS	com consu-midor	CDE Eletrobrás	Diferido	Homo-logado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>(24.850)</b>	<b>471.206</b>	<b>446.356</b>	<b>60.445</b>	<b>(87.468)</b>		4.351	-	(84.292)	512.277	(172.885)	339.393
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(212.459)	138.784	(73.674)	(41.126)	62.159	3.597	-	-	(84.292)	12.804	(146.140)	(133.336)
Custos energia elétrica	(1.300.078)	(982.670)	(2.282.748)	(1.179.222)	2.088.417	(190.924)	-	-	-	(726.773)	(837.703)	(1.564.477)
ESS e EER (***)	(560.370)	321.176	(239.194)	339.332	83.847	(37.237)	-	-	-	250.223	(103.975)	146.748
Printa	3.491	91.114	94.605	(58.779)	(67.088)	(1.966)	-	-	-	(1.415)	(31.813)	(33.228)
Rede básica	408.404	70.216	478.620	722.918	(423.100)	77.373	-	-	-	620.631	235.179	855.811
Repasse de Itaipu	597.536	756.556	1.354.092	(512.157)	(1.139.237)	56.608	-	-	-	(346.078)	105.396	(240.693)
Transporte de Itaipu	31.368	2.971	34.359	98.738	(30.802)	6.926	-	-	-	86.778	22.842	109.220
Neutralidade dos encargos setoriais	(127.901)	(29.354)	(157.255)	(181.171)	164.136	(4.967)	-	-	-	(123.443)	(65.814)	(179.257)
Sobrecontratação	1.135.535	102.413	1.237.948	871.761	(825.799)	94.940	-	-	-	739.696	639.154	1.378.850
Bandeira Tarifária Faturada	(397)	-	(397)	151	-	-	-	-	-	(245)	-	(245)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>251.537</b>	<b>(797.149)</b>	<b>(545.612)</b>	<b>5.329</b>	<b>1.546.417</b>		<b>62.059</b>	<b>(2.539.421)</b>	<b>3.290</b>	<b>-</b>	<b>(245.250)</b>	<b>(1.222.689)</b>
<b>Total</b>	<b>226.687</b>	<b>(325.943)</b>	<b>(99.256)</b>	<b>65.774</b>	<b>1.458.949</b>		<b>66.410</b>	<b>(2.539.421)</b>	<b>3.290</b>	<b>(84.292)</b>	<b>267.028</b>	<b>(1.395.574)</b>
<b>Ativo circulante</b>			230.816									293.066
<b>Ativo não circulante</b>			214.133									200.111
<b>Passivo circulante</b>			(281.398)									(1.163.287)
<b>Passivo não circulante</b>			(262.806)									(458.436)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A".  
 (\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER").

**CVA:** referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.15. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitada a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros:** refere-se principalmente à: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS - no reajuste tarifário anual de 2023 das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, RGE e CPFL Piratininga, foi considerado o passivo setorial decorrente de créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 2.539.421, conforme Resolução Homologatória ("REH") nº 3.178, nº 3.183, nº 3.206 e nº 3.277, respectivamente. Este valor estava registrado em "Outras contas a pagar - PIS/COFINS devolução consumidores" e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais em 2023, (ii) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão; e (iii) diferimento de ativos regulatórios (Parcela B), entre outros.

**10. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS**

**10.1 Composição dos (débitos) e créditos fiscais:**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	154.728	172.001
Benefício fiscal do intangível incorporado	58.401	66.178
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(736.851)	(733.928)
<b>Subtotal</b>	<b>(523.724)</b>	<b>(495.748)</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	429.206	479.984
Benefício fiscal do intangível incorporado	183.015	209.449
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(2.033.168)	(2.025.447)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.420.947)</b>	<b>(1.336.014)</b>
<b>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</b>	</	

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023				31/12/2023		31/12/2022		2023		2022	
	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento</b>	21.010.229	1.378.272	2.229.207	1.544.447	2.229.207	1.193.678	1.544.447	2.229.207	1.193.678	1.544.447	2.229.207	1.193.678
CPFL Paulista	7.774.902	267.673	592.154	542.941	592.154	366.553	542.941	592.154	366.553	542.941	592.154	366.553
CPFL Piratininga	2.149.846	218.576	514.590	102.347	514.590	442.243	102.347	514.590	442.243	102.347	514.590	442.243
CPFL Santa Cruz	17.661.556	2.853.248	4.711.287	1.114.694	4.711.287	3.517.956	1.114.694	4.711.287	3.517.956	1.114.694	4.711.287	3.517.956
RGE	5.080.416	1.322.783	4.220.527	1.171.358	4.220.527	4.044.252	1.171.358	4.220.527	4.044.252	1.171.358	4.220.527	4.044.252
CPFL Geração	9.324.468	2.632.292	4.786.008	1.360.024	4.786.008	2.830.016	1.360.024	4.786.008	2.830.016	1.360.024	4.786.008	2.830.016
CPFL Renováveis	37.041	40.108	36.990	452	36.990	25.432	452	36.990	25.432	452	36.990	25.432
CPFL Jaguarí Geração	4.575.829	2.382.448	3.191.680	526.192	3.191.680	3.091.351	526.192	3.191.680	3.091.351	526.192	3.191.680	3.091.351
CPFL Brasil	5.775	630	4.914	4.284	4.914	5.039	4.284	4.914	5.039	4.284	4.914	5.039
CPFL Planalto	401.114	150.929	198.677	12.723	198.677	188.900	12.723	198.677	188.900	12.723	198.677	188.900
CPFL Serviços	24.911	7.167	16.588	2.254	16.588	14.335	2.254	16.588	14.335	2.254	16.588	14.335
CPFL Atende	19.735	299	8.317	7.720	8.317	6.547	7.720	8.317	6.547	7.720	8.317	6.547
CPFL Infra	22.254	811	16.329	15.356	16.329	12.854	15.356	16.329	12.854	15.356	16.329	12.854
CPFL Pessoas	34.081	385	27.300	26.838	27.300	17.105	26.838	27.300	17.105	26.838	27.300	17.105
CPFL Finanças	15.038	826	10.529	9.539	10.530	9.926	9.539	10.530	9.926	9.539	10.530	9.926
CPFL Supri	4.204	1.928	3.648	339	3.648	3.613	339	3.648	3.613	339	3.648	3.613
CPFL Telecom	—	—	—	7.019	—	155.650	7.019	—	155.650	7.019	—	155.650
CPFL Eficiência	14.875	6.400	14.591	1.942	14.591	14.096	1.942	14.591	14.096	1.942	14.591	14.096
AUTHI	185.313	95.000	176.657	60.903	176.657	118.647	60.903	176.657	118.647	60.903	176.657	118.647
Alesta	4.998	4.242	4.603	119	4.603	484	119	4.603	484	119	4.603	484
Cilon	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Subtotal Investimento - pelo patrimônio líquido da controlada</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>
Amortização da mais valia de ativos	17.957.758	15.011.538	17.957.758	15.011.538	17.957.758	15.011.538	17.957.758	15.011.538	17.957.758	15.011.538	17.957.758	15.011.538
<b>Total</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>	<b>18.016.758</b>	<b>16.054.658</b>

A mais-valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais-valia de ativos de R\$ 73.544 (R\$ 74.867 em 2022) é classificada na rubrica "resultado de participações societárias", em consonância com o ICPC 09 (R2). A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

Investimento em 31/12/2022	Aumento (Redução)/Integralização de capital		Equivalência patrimonial (Resultado)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Outros em 31/12/2023
	em 31/12/2022	de capital	(Resultado)	abrangente	capital próprio	futuro aumento de capital	Outros		
CPFL Paulista	1.193.678	—	1.544.447	(74.687)	(434.232)	—	—	—	2.229.207
CPFL Piratininga	366.553	—	542.941	(4.680)	(312.659)	—	—	—	592.154
CPFL Santa Cruz	442.243	—	102.347	—	(30.000)	—	—	—	514.590
RGE	3.517.956	—	1.004.802	17.762	(364.119)	—	—	—	4.711.287
CPFL Geração	4.044.252	(700.000)	1.171.358	1.172	(296.548)	—	294	—	4.220.527
CPFL Renováveis	2.830.016	(688.100)	668.452	1.212	(459.541)	—	—	—	2.352.323
CPFL Jaguarí Geração	25.432	—	452	—	(11.106)	—	—	—	36.990
CPFL Brasil	3.091.351	—	526.192	(299.747)	(124.971)	—	(1.145)	—	3.191.680
CPFL Planalto	5.039	—	4.284	—	(2.409)	—	—	—	4.914
CPFL Serviços (*)	188.900	—	12.723	—	(4.946)	—	—	220.729	419.406
CPFL Atende	14.335	—	2.254	—	(83.346)	—	—	—	16.588
CPFL Infra	6.547	—	7.720	—	(5.950)	—	—	—	8.317
CPFL Pessoas	12.834	—	15.356	—	(11.861)	—	—	—	16.329
CPFL Finanças	17.105	—	26.838	—	(16.643)	—	—	—	27.300
CPFL Supri	5.926	—	9.539	—	(4.935)	—	—	—	10.530
CPFL Telecom	3.613	—	339	—	(304)	—	—	59.000 (220.729)	3.648
CPFL Eficiência (*)	155.650	—	7.019	—	(940)	—	—	—	155.650
AUTHI	14.096	—	1.942	—	(2.893)	—	—	—	14.591
Alesta	118.647	—	60.903	—	(2.893)	—	—	—	176.657
Cilon	484	4.000	119	—	—	—	—	—	4.603
<b>Total</b>	<b>16.054.658</b>	<b>(1.384.100)</b>	<b>5.710.025</b>	<b>(358.968)</b>	<b>(2.063.291)</b>	<b>59.000</b>	<b>(568)</b>	<b>59.000</b>	<b>18.016.758</b>

(\*) Em 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência, sendo esta empresa do mesmo grupo econômico e controlada direta da CPFL Energia. O objetivo da referida operação foi a maior eficiência operacional, administrativa e financeira, com a racionalização e maximização de resultados. Efetivada a incorporação, a CPFL Eficiência fora extinta e sucedida pela CPFL Serviços em todos os seus direitos, bens e obrigações. O valor do acervo incorporado foi de R\$ 158.616.

Investimento em 31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Outros em 31/12/2022	
	em 31/12/2021	(Resultado)	abrangente	capital próprio	futuro aumento de capital	Outros		
CPFL Paulista	1.193.678	1.544.447	(74.687)	(434.232)	—	—	2.229.207	
CPFL Piratininga	366.553	542.941	(4.680)	(312.659)	—	—	592.154	
CPFL Santa Cruz	442.243	102.347	—	(30.000)	—	—	514.590	
RGE	3.517.956	1.004.802	17.762	(364.119)	—	—	4.711.287	
CPFL Geração	4.044.252	1.171.358	1.172	(296.548)	—	294	4.220.527	
CPFL Renováveis	2.830.016	668.452	1.212	(459.541)	—	—	2.352.323	
CPFL Jaguarí Geração	25.432	452	—	(11.106)	—	—	36.990	
CPFL Brasil	3.091.351	526.192	(299.747)	(124.971)	—	(1.145)	3.191.680	
CPFL Planalto	5.039	4.284	—	(2.409)	—	—	4.914	
CPFL Serviços (*)	188.900	12.723	—	(4.946)	—	—	220.729	
CPFL Atende	14.335	2.254	—	(83.346)	—	—	16.588	
CPFL Infra	6.547	7.720	—	(5.950)	—	—	8.317	
CPFL Pessoas	12.834	15.356	—	(11.861)	—	—	16.329	
CPFL Finanças	17.105	26.838	—	(16.643)	—	—	27.300	
CPFL Supri	5.926	9.539	—	(4.935)	—	—	10.530	
CPFL Telecom	3.613	339	—	(304)	—	—	3.648	
CPFL Eficiência (*)	155.650	7.019	—	(940)	—	—	155.650	
AUTHI	14.096	1.942	—	(2.893)	—	—	14.591	
Alesta	118.647	60.903	—	(2.893)	—	—	176.657	
Cilon	484	4.000	119	—	—	—	4.603	
<b>Total</b>	<b>16.054.658</b>	<b>(1.384.100)</b>	<b>5.710.025</b>	<b>(358.968)</b>	<b>(2.063.291)</b>	<b>59.000</b>	<b>(568)</b>	<b>18.016.758</b>

(\*) Em 29 de dezembro de 2023, a CPFL Serviços celebrou, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da CPFL Eficiência, sendo esta empresa do mesmo grupo econômico e controlada direta da CPFL Energia. O objetivo da referida operação foi a maior eficiência operacional, administrativa e financeira, com a racionalização e maximização de resultados. Efetivada a incorporação, a CPFL Eficiência fora extinta e sucedida pela CPFL Serviços em todos os seus direitos, bens e obrigações. O valor do acervo incorporado foi de R\$ 158.616.

Investimento em 31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)		Dividendo e Juros sobre capital próprio		Adiantamento para futuro aumento de capital		Outros em 31/12/2022	
	em 31/12/2021	(Resultado)	abrangente	capital próprio	futuro aumento de capital	Outros		
CPFL Paulista	1.193.678	1.544.447	(74.687)	(434.232)	—	—	2.229.207	
CPFL Piratininga	366.553	542.941	(4.680)	(312.659)	—	—	592.154	
CPFL Santa Cruz	442.243	102.347	—	(30.000)	—	—	514.590	
RGE	3.517.956	1.004.802	17.762	(364.119)	—	—	4.711.287	
CPFL Geração	4.044.252	1.171.358	1.172	(296.548)	—	294	4.220.527	
CPFL Renováveis	2.830.016	668.452	1.212	(459.541)	—	—	2.352.323	
CPFL Jaguarí Geração	25.432	452	—	(11.106)	—	—	36.990	
CPFL Brasil	3.091.351	526.192	(299.747)	(124.971)	—	(1.145)	3.191.680	
CPFL Planalto	5.039	4.284	—	(2.409)	—	—	4.914	
CPFL Serviços (*)	188.900	12.723	—	(4.946)	—	—	220.729	
CPFL Atende	14.335	2.254	—	(83.346)	—	—	16.588	
CPFL Infra	6.547	7.720	—	(5.950)	—	—	8.317	
CPFL Pessoas	12.834	15.356	—	(11.861)	—	—	16.329	
CPFL Finanças	17.105	26.838	—	(16.643)	—	—	27.300	
CPFL Supri	5.926	9.539	—	(4.935)	—	—	10.530	
CPFL Telecom	3.613	339	—	(304)	—	—	3.648	
CPFL Eficiência (*)	155.650	7.019	—	(940)	—	—	155.650	
AUTHI	14.096	1.942	—	(2.893)	—	—	14.591	
Alesta	118.647	60.903	—	(2.893)	—	—	176.657	
Cilon	484	4.000	119	—	—	—	4.603	
<b>Total</b>	<b>16.054.658</b>	<b>(1.384.100)</b>	<b>5.710.025</b>	<b>(358.968)</b>	<b>(2.063.291)</b>	<b>59.000</b>	<b>(568)</b>	<b>18.016.758</b>

No consolidado, os saldos de investimento correspondem à participação nos empreendimentos controlados em conjunto registrados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento	31/12/2023		31/12/2022		2023		2022	
	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial	Participação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
Baesa	113.621	127.288	—	—	—	—	—	—

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. ATIVO CONTRATUAL

	Distribuição	Transmissão	Consolidado	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
				31/12/2023	31/12/2022		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.826.598</b>	<b>4.859.407</b>	<b>6.686.005</b>				
Circulante	–	845.025	845.025				
Não circulante	1.826.598	4.014.382	5.840.980				
Adições	4.848.405	712.658	5.561.062				
Transferência - intangível em serviço	(1.108.393)	–	(1.108.393)				
Transferência - ativo financeiro	(3.594.738)	–	(3.594.738)				
Remuneração e atualização	–	958.256	958.256				
Amortização	–	(745.634)	(745.634)				
Combinação de negócios	–	1.391	1.391				
Outros	–	60.182	60.182				
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.971.872</b>	<b>5.846.260</b>	<b>7.818.132</b>				
Circulante	–	709.222	709.222				
Não circulante	1.971.872	5.137.038	7.108.910				
Adições	3.835.530	879.534	4.715.064				
Transferência - intangível em serviço	(722.747)	–	(722.747)				
Transferência - ativo financeiro	(2.512.521)	–	(2.512.521)				
Remuneração e atualização	–	602.241	602.241				
Amortização	–	(686.906)	(686.906)				
Outros	–	(44.617)	(44.617)				
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>2.572.134</b>	<b>6.596.512</b>	<b>9.168.646</b>				
Circulante	–	746.783	746.783				
Não circulante	2.572.134	5.849.729	8.421.862				

Ativo contratual das distribuidoras: referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção. Ativo contratual das transmissoras: refere-se ao direito à "Receta Anual Permissiva - RAP" que será recebida ao longo da concessão, assim como indenização ao término da concessão das controladas de transmissão. **Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de provisão de recuperação.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado				Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	UBP/Intangível de concessão	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>6.115</b>	<b>3.731.861</b>	<b>5.528.035</b>	<b>261.136</b>	<b>9.673.609</b>
Custo histórico	6.152	8.344.528	14.296.858	284.119	23.268.578
Amortização acumulada	(37)	(4.612.667)	(8.768.823)	(22.983)	(13.594.969)
Adições	–	–	–	21.067	21.067
Amortização	–	(318.331)	(998.239)	(11.308)	(1.327.878)
Transferência - ativo contratual	–	–	–	1.881	1.108.393
Transferência - ativo financeiro	–	–	–	–	13.957
Baixa e transferência - outros ativos	–	(8.641)	(67.833)	–	(750)
Combinação de negócios	430.032	(128.824)	–	12.252	226.362
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>436.148</b>	<b>3.276.065</b>	<b>5.582.431</b>	<b>262.079</b>	<b>9.907.344</b>
Custo histórico	436.184	8.215.704	15.349.493	302.746	609.851
Amortização acumulada	(37)	(4.939.639)	(9.767.062)	(40.666)	(259.230)
Adições	17.664	–	–	18.834	36.498
Amortização - ativo contratual	–	(355.352)	(1.103.285)	(11.195)	(48.019)
Transferência - ativo financeiro	–	–	–	722.747	723.866
Transferência - ativo financeiro	–	–	–	33.765	(97.853)
Baixa e transferência - outros ativos	(447.697)	447.697	(83.229)	–	(14.624)
Baixa e transferência - outros ativos	–	(112.009)	–	–	(112.009)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>6.115</b>	<b>3.256.404</b>	<b>5.152.429</b>	<b>250.884</b>	<b>307.932</b>
Custo histórico	6.152	8.551.392	16.022.776	302.745	615.181
Amortização acumulada	(37)	(5.294.988)	(10.870.347)	(51.861)	(307.249)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) "depreciação e amortização" para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição, Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) "amortização de intangível de concessão" para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios. Em 2023, como conclusão da apuração final da combinação de negócios da controlada Enercan (nota 13), o montante de R\$ 447.697, inicialmente reconhecido como Ágio, foi reclassificado para Intangível Adquirido em Combinação de Negócios. Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificados. No consolidado, no ano de 2023 foram capitalizados R\$ 38.858 (R\$ 53.547 em 2022) a uma taxa média de 7,28% a.a. (7,13% a.a. em 2022). **16.1 Intangível adquirido em combinações de negócios:** A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado				Taxa de amortização anual 2023	Taxa de amortização anual 2022
	Custo Histórico	31/12/2023 Amortização acumulada	31/12/2023 Valor líquido	31/12/2022 Valor líquido		
<b>Intangível adquirido em combinações de negócio</b>						
<b>Intangível adquirido não incorporado</b>						
CPFL Paulista	304.861	(266.915)	37.947	47.932	3,28%	3,28%
CPFL Piratininga	39.065	(32.808)	6.257	7.552	3,31%	3,31%
RGE	3.768	(3.073)	695	871	4,67%	4,67%
CPFL Geração	54.555	(46.559)	7.996	9.841	3,38%	3,38%
Jaguari Geração	7.896	(5.469)	2.427	2.696	3,41%	3,41%
CPFL Renováveis	3.653.906	(1.866.496)	1.787.410	1.945.465	4,33%	4,55%
CPFL Transmissão	720.246	(76.261)	643.985	677.880	4,71%	5,19%
Enercan	335.888	(34.191)	301.500	301.500	10,19%	–
<b>Subtotal</b>	<b>5.119.986</b>	<b>(2.331.773)</b>	<b>2.788.215</b>	<b>2.692.236</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado</b>						
RGE	1.433.007	(1.231.492)	201.515	253.571	3,63%	3,63%
CPFL Renováveis	426.450	(383.262)	43.188	53.154	2,34%	2,34%
<b>Subtotal</b>	<b>1.859.457</b>	<b>(1.614.754)</b>	<b>244.703</b>	<b>306.725</b>		
<b>Intangível adquirido já incorporado - recomposto</b>						
CPFL Paulista	1.074.026	(947.892)	126.134	158.339	3,00%	3,00%
CPFL Piratininga	115.762	(97.220)	18.542	22.378	3,31%	3,31%
Jaguari Geração	15.275	(11.136)	4.139	4.599	3,01%	3,01%
RGE	369.887	(292.214)	74.673	91.789	4,67%	4,67%
<b>Subtotal</b>	<b>1.571.950</b>	<b>(1.348.461)</b>	<b>223.488</b>	<b>277.104</b>		
<b>Total</b>	<b>8.551.992</b>	<b>(6.294.998)</b>	<b>3.256.404</b>	<b>3.276.065</b>		

O intangível adquirido em combinações de negócio está associado ao direito de exploração das concessões e está assim representado: **Intangível adquirido não incorporado:** Refere-se basicamente ao intangível de aquisições sem a incorporação, envolvendo adquirentes e adquiridos. **Intangível adquirido já incorporado:** Refere-se ao intangível oriundo da aquisição de controladas que foram incorporados aos respectivos patrimônios líquidos sem a aplicação das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, ou seja, sem que ocorresse a segregação da parcela correspondente ao benefício fiscal. **Intangível adquirido já incorporado - Recomposto:** Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do intangível advindo de incorporação de controladora causasse impacto negativo ao fluxo de dividendo aos acionistas não controladores existentes na época da incorporação, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 sobre o intangível. Desta forma, foi constituída uma provisão reoperadora do intangível em contrapartida à reserva especial de ágio na incorporação do patrimônio líquido em cada controlada, de forma que o efeito da operação no patrimônio refletisse o benefício fiscal do intangível incorporado. Estas alterações afetaram o investimento da Companhia nas controladas, sendo necessária a constituição do intangível indutível para fins fiscais, de modo a recompô-lo. **16.2 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Conforme mencionado na nota explicativa 14, para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	68.633	1.574
Suprimento de energia elétrica	1.764.180	1.661.939
Encargos de uso da rede elétrica	559.269	492.104
Materiais e serviços	1.077.528	885.473
Energia livre	222.880	186.678
<b>Total</b>	<b>3.692.489</b>	<b>3.227.768</b>
<b>Não circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	397.008	413.822
Materiais e serviços	414	11.122
<b>Total</b>	<b>397.422</b>	<b>424.945</b>

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Consolidado		Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023	
		Captação	Amortização principal				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Pré-fixado	1.808	–	(1.806)	12	(14)	–	
<b>Pós-fixado</b>							
TJLP	402.853	–	(71.973)	32.930	(29.179)	334.632	
IPCA	5.448.388	80.000	(399.239)	476.618	(237.346)	5.368.421	
CDI	1.165.179	–	(52.801)	157.997	(3.675)	1.266.700	
IGP-M	13.250	–	(12.920)	211	(541)	–	
Gastos com captação	(39.628)	–	–	8.889	–	(30.739)	
<b>Subtotal</b>	<b>6.991.850</b>	<b>80.000</b>	<b>(538.739)</b>	<b>676.657</b>	<b>(270.755)</b>	<b>6.939.013</b>	
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Pré-fixado	578.983	–	–	38.581	(38.581)	578.983	
Marcação a mercado	(36.285)	–	–	31.994	(4.304)	–	
<b>Subtotal</b>	<b>542.698</b>	–	–	<b>70.565</b>	<b>(38.581)</b>	<b>574.679</b>	
<b>Total moeda nacional</b>	<b>7.534.545</b>	<b>80.000</b>	<b>(538.739)</b>	<b>747.222</b>	<b>(309.336)</b>	<b>7.513.692</b>	
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	4.898.615	1.448.290	(1.751.505)	144.091	(306.988)	(141.166)	4.291.337
Euro	1.614.653	81.564	(1.119.220)	12.753	(17.865)	(4.609)	567.276
lêne	–	1.461.000	–	4.946	(163.240)	(5.578)	1.297.128
Marcação a mercado	(280.146)	–	–	122.089	–	(158.057)	–
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>6.233.122</b>	<b>2.990.854</b>	<b>(2.870.725)</b>	<b>283.880</b>	<b>(488.093)</b>	<b>(151.353)</b>	<b>5.997.684</b>
<b>Total</b>	<b>13.767.666</b>	<b>3.070.854</b>	<b>(3.409.464)</b>	<b>1.031.102</b>	<b>(488.093)</b>	<b>(460.689)</b>	<b>13.511.377</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.362.615</b>			<b>3.531.710</b>		<b>9.979.666</b>	
<b>Não Circulante</b>	<b>10.405.052</b>						

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Consolidado		Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023	
		Captação	Amortização principal				Encargos, atualização monetária e marcação a mercado
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Pré-fixado	8.268	–	(6.451)	141	(150)	1.808	
<b>Pós-fixado</b>							
TJLP	452.301	–	(52.177)	35.691	(32.962)	402.853	
IPCA	4.640.334	775.933	(257.200)	532.999	(243.679)	5.448.388	
CDI	1.075.836	2.209.620	(2.182.400)	171.968	(109.845)	1.165.179	
IGP-M	29.205	–	(17.767)	3.854	(2.042)	13.250	
Gastos com captação	(47.032)	(6.747)	–	14.151	–	(39.628)	
<b>Subtotal</b>	<b>6.158.913</b>	<b>2.978.806</b>	<b>(2.515.994)</b>	<b>758.803</b>	<b>(388.678)</b>	<b>6.991.850</b>	
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Pré Fixado	578.983	–	–	38.581	(38.581)	578.983	
Marcação a mercado	(43.009)	–	–	6.720	(36.288)	–	
<b>Subtotal</b>	<b>535.975</b>	–	–	<b>45.302</b>	<b>(38.581)</b>	<b>542.698</b>	
<b>Total moeda nacional</b>	<b>6.694.888</b>	<b>2.978.806</b>	<b>(2.515.994)</b>	<b>804.105</b>	<b>(427.259)</b>	<b>7.534.545</b>	
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
Dólar	649.363	–	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	
<b>Subtotal</b>	<b>649.363</b>	–	<b>(583.635)</b>	<b>5.762</b>	<b>(25.982)</b>	<b>(45.508)</b>	
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	4.869.460	870.574	(550.357)	108.639	(297.469)	(102.232)	4.898.615
Euro	2.421.705	–	(524.832)	9.510	(281.744)	(9.986)	1.614.653
Marcação a mercado	(172.545)	–	–	(107.601)	–	(280.146)	–
<b>Subtotal</b>	<b>7.118.620</b>	<b>870.574</b>	<b>(1.075.189)&lt;/</b>				

**CPFL Energia S.A.** - CNPJ nº 02.429.144/0001-93

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adições no exercício:		Montantes R\$ mil		Encargo financeiro e taxa efetiva anual		Taxa efetiva com derivativos		RGE Sul (RGE)		CPFL Transmissão																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Liberação de montantes em 2023	gastos de emissão	Pagamento de juros	Amortização de principal	o e taxa efetiva anual		Plano 1 (*)	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
CPFL Transmissão	04/01/2023	300.000	300.000	298.947	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,20%	CDI + 0,62%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
CPFL Renováveis IPCA	15/12/2023	190.000	190.000	190.000	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	CDI + 1,12%	Não se aplica																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
CPFL Transmissão	09/11/2023	450.000	450.000	450.000	Semestral	3 parcelas anuais a partir de outubro de 2033	IPCA + 6,1774%	CDI + 0,62%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
CPFL Piratininga	09/11/2023	300.000	300.000	300.000	Semestral	3 Parcelas anuais a partir de outubro de 2031	IPCA + 6,1774%	a 1,2%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
CPFL Paulista	09/11/2023	750.000	750.000	750.000	Semestral	2ª Série 3 Parcelas anuais a partir de outubro de 2033	IPCA + 6,1774% e	CDI + 0,43%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
RGE	09/11/2023	250.000	250.000	250.000	Semestral	3 Parcelas anuais a partir de outubro de 2031	IPCA + 6,1774%	a 0,52%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
			2.240.000	2.238.947																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>Os recursos são destinados à investimentos das controladas. <b>Pré-pagamento:</b> Durante o exercício de 2023 não ocorreram liquidações antecipadas relevantes (R\$ 2.314.358 em 2022). <b>Condições restritivas:</b> As debêntures emitidas pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023. <b>Indicadores exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia:</b> • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75. • EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<p><b>20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA</b></p> <p>As controladas mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados, cujas características são: <b>20.1 Características:</b> CPFL Paulista: Atualmente vigora, para os funcionários da controlada CPFL Paulista através da VIVEST dois planos, com as seguintes características: 1) PCCPFL - Plano de benefício misto (fechado para adesões); (ii) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada. (iii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla: • Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada, e • As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Quando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujo benefício programado tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Bradesco. <b>CPFL Piratininga:</b> A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa precessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos. Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características: 1) Plano PSAP/Piratininga (fechado para adesões e saldaado); (ii) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em pensão, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada e os participantes. (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada. Em 31 de maio de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para saldar o benefício suplementar e permitir que os participantes ativos, assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Quando pela Renda Financeira, o participante deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado. 2) CD CPFL - Plano de contribuição definida (aberto para adesões): Plano cujo benefício programado tem seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Bradesco. <b>RGE:</b> A controlada RGE mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano 1": Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos 36 salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 2011. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e (ii) "Plano 2" (Plano oriundo da AES Sul): Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da controlada é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de "contribuição definida", sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela RGE a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. <b>CPFL Santa Cruz:</b> Com o evento do agrupamento de controladas ocorrido em 2017, o plano oficial da empresa passou a ser o CMEPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. Aos empregados que possuíam o plano de benefícios administrado pelo B3 Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil, manteve-se o mesmo plano. <b>CPFL Renováveis:</b> Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geracao, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PCCPFL. Por este razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores. <b>CPFL Transmissão:</b> A controlada indireta CPFL Transmissão mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus colaboradores e ex-colaboradores, administrado pela Fundação Família Previdência, anteriormente denominando Fundação CEEE de Previdência Privada, sendo: (i) "Plano CEEEPREV": O CEEEPREV é um plano com características de contribuição variável pois contém uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido, no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldaados. Em 2014 foi instaurado litígio judicial (Processo nº 0065790-57.2014.4.01.3400) relacionado às contribuições não paritárias, ajuizado pela Fundação Família Previdência (Antiga Fundação ELETRÓCEA) em face da PREVIC, em razão da Portaria do órgão regulador que exigiu a apresentação de solução definitiva sobre os artigos do Regulamento do Plano de Benefícios que tratam da responsabilidade patronal perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam os benefícios, que se encontram irregulares perante a legislação aplicável. Isto porque o Plano de Benefícios da CEEEPREV previa responsabilidade exclusiva da patrocinadora perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial, o que, segundo a PREVIC, e entendimento corroborado pela Administração da controlada, viola as previsões da Lei Complementar nº 109/2001. O resultado em 1º e 2º instâncias foi desfavorável à Fundação e favorável à controlada, não havendo efeito suspensivo sobre os recursos pendentes. Já em 2019 foi instaurada a segunda demanda judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) relacionada ao tema, esta ajuizada pela então CEEE-D e pela então CEEE-GT (antes da cisão entre os segmentos Geração e Transmissão) contra a Fundação, com o objetivo de reconhecimento da nulidade das cláusulas do Plano de Benefícios CEEEPREV, a fim de tornar nula a responsabilidade exclusiva das patrocinadoras perante eventual insuficiência de cobertura patrimonial. Após a propositura da demanda pelas empresas integrantes do antigo Grupo CEEE, o próprio Estado do Rio Grande do Sul ingressou na lide, na condição de assistente da parte autora. Em 14 de outubro 2021, a sentença em primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente para reconhecer a nulidade das cláusulas do Plano de benefícios que não aplicam a paridade contributiva (no mesmo sentido da sentença e do acórdão da Ação nº 0065790-57.2014.4.01.3400). Apresentados recursos de apelação pelas partes, o TJRS (Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul) proferiu acórdão em 28 de julho de 2022 no sentido de manter, na íntegra, a sentença recorrida. Sobre o acórdão proferido, as Partes apresentaram no próprio TJRS Embargos de Declaração contra o acórdão de Apelação a fim de obter esclarecimentos, os quais foram desacolhidos. Ao contínuo, todas as partes envolvidas apresentaram recursos Especiais e Extraordinários, respectivamente, ao STJ e STF. Em juízo de admissibilidade, o TJRS admitiu todos os Recursos Extraordinários e Especiais apresentados, com exceção do Recurso Especial apresentado pela Fundação Família Previdência. Ainda, ao Recurso da Fundação Família Previdência, atribuiu-se efeito suspensivo para manter vigentes as cláusulas do regulamento do Plano que atribuem às Patrocinadoras a responsabilidade pelo pagamento integral das contribuições extraordinárias, o qual foi posteriormente revogado. Atualmente, foram apresentados Agravos de Instrumento para subida do Recurso Especial e Extraordinário e pedido liminar de efeito suspensivo ao STJ o qual foi acolhido, determinando até julgamento final do Recurso Especial: i) a suspensão da debitada cobrança e/ou pagamento de contribuições no âmbito do Plano CEEEPREV, sem que haja a observância da paridade contributiva; ii) admitir a exigibilidade do custeio de metade do déficit constituído anteriormente à prolação da sentença de parcial procedência, suspendendo qualquer bloqueio ou medida constritiva nas contas da requerente, com relação à parte executada. Em atendimento as decisões proferidas no Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, a controlada, desde março de 2022, vem recolhendo sua contribuição extraordinária de forma paritária e a Fundação não tem realizado o tratamento da parcela de equacionamento do déficit que seria devida pelos participantes. Em face da implementação da decisão, a Fundação Família Previdência ajuizou Tutela Cautelar (Processo nº 5179986-58.2023.8.21.0001) na qual requer seja concedida tutela provisória para determinar que o Banrisul promova a execução do Contrato de Garantias em face das Patrocinadoras dos planos de benefício de previdência complementar, conforme termo celebrado entre as partes, transferindo o numerário à conta corrente de titularidade da Fundação, até o limite de R\$ 147.036.919,51, dos quais R\$ 72.430.030,80 são discutidos como dívida da CEEE-T frente ao Plano CEEEPREV. Em análise do pedido liminar, o juiz de primeira instância deferiu a referida medida, limitada a R\$ 145.050.105,01, excluindo os valores da CEEE-G, em face do que a Companhia apresentou o recurso competente. Em 08 janeiro de 2024, abrangido pela decisão liminar concedida pelo STJ na ação nº 5051477-51.2019.8.21.0001, foi proferida decisão que suspende os efeitos da tutela anteriormente deferida e determinou ao Banrisul o desbloqueio dos valores constritos. O valor envolvido na ação judicial (Processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001) corresponde a aproximadamente 50% da totalidade dos déficits do plano, e os assessores jurídicos avaliaram a chance de êxito como possível, com viés de provável. A Companhia estima que entre os meses março de 2022 a dezembro de 2023 o valor de R\$ 92,075 deveria ter sido cobrado dos participantes, mas o mesmo se encontra adiado na provisão de perdas do plano. Considerando os fundamentos jurídicos corroborados pelas recentes decisões dos tribunais, nos processos que tratam detalhadamente a matéria, a controlada, na qualidade de patrocinadora do Plano CEEEPREV, entende que a partir da nova decisão judicial de outubro de 2021 e demais decisões judiciais, a melhor estimativa para mensuração desse passivo é utilizar o <i>risk sharing</i> como redutor do passivo atuarial a partir do exercício final em 31 de dezembro de 2021. (ii) "Plano Único": O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária. (iii) "Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP": Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a partir de 1997 a controlada era responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação Família Previdência e que ainda não havia cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado era definitivamente aposentado pela Fundação. Atualmente, recebem o complemento de verbas que não entraram no cálculo do INSS, sendo a empresa condenada pela justiça ao pagamento de forma vitalícia. Para isso, a controlada provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a essas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento desses benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação. <b>20.2 Movimentações dos planos de benefício definido:</b></p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2023</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Valor presente das obrigações atuariais com cobertura</td> </tr> <tr> <td>Valor justo dos ativos do plano</td> <td>(5.019.754)</td> <td>(1.453.794)</td> <td>(115.613)</td> <td>(473.065)</td> <td>(500.812)</td> <td>(903.617)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(1.359.252)</td> <td>(9.825.907)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço</b></td> <td><b>968.587</b></td> <td><b>14.653</b></td> <td><b>22.314</b></td> <td><b>(1.939)</b></td> <td><b>133.947</b></td> <td><b>487.514</b></td> <td><b>3.415</b></td> <td><b>1.062.494</b></td> <td><b>2.690.986</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16">Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>1.939</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>1.939</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>968.587</b></td> <td><b>14.653</b></td> <td><b>22.314</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>60.192</b></td> <td><b>205.510</b></td> <td><b>3.415</b></td> <td><b>538.661</b></td> <td><b>1.813.332</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Valor presente das obrigações atuariais com cobertura</td> </tr> <tr> <td>Valor justo dos ativos do plano</td> <td>(4.980.779)</td> <td>(1.411.114)</td> <td>(119.199)</td> <td>(468.394)</td> <td>(499.465)</td> <td>(889.288)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(1.465.818)</td> <td>(9.834.057)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>(28.785)</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16">Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody> </table> </td></tr></tbody></table>																		31/12/2023		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Valor presente das obrigações atuariais com cobertura																Valor justo dos ativos do plano	(5.019.754)	(1.453.794)	(115.613)	(473.065)	(500.812)	(903.617)	—	—	—	—	(1.359.252)	(9.825.907)	—	—	—	<b>Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço</b>	<b>968.587</b>	<b>14.653</b>	<b>22.314</b>	<b>(1.939)</b>	<b>133.947</b>	<b>487.514</b>	<b>3.415</b>	<b>1.062.494</b>	<b>2.690.986</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo																Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	1.939	—	—	—	—	—	—	1.939	—	—	—	—	<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>968.587</b>	<b>14.653</b>	<b>22.314</b>	<b>—</b>	<b>60.192</b>	<b>205.510</b>	<b>3.415</b>	<b>538.661</b>	<b>1.813.332</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Valor presente das obrigações atuariais com cobertura</td> </tr> <tr> <td>Valor justo dos ativos do plano</td> <td>(4.980.779)</td> <td>(1.411.114)</td> <td>(119.199)</td> <td>(468.394)</td> <td>(499.465)</td> <td>(889.288)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(1.465.818)</td> <td>(9.834.057)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>(28.785)</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16">Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody> </table>																		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Valor presente das obrigações atuariais com cobertura																Valor justo dos ativos do plano	(4.980.779)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(499.465)	(889.288)	—	—	—	—	(1.465.818)	(9.834.057)	—	—	—	<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>(28.785)</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo																Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	28.785	—	—	—	—	—	—	28.785	—	—	—	—	<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>—</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table>																		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Custo do serviço corrente bruto																Juros sobre obrigação atuarial	645.392	186.590	15.637	42.801	56.456	74.329	383	120.105	1.141.693	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	1.097	—	160	565	31	—	1.378	3.231	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)	(404)	9	10.647	—	—	—	31.594	41.801	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	(152.269)	(11.951)	(52.349)	(45.221)	(60.733)	(597)	(19.129)	(697.181)	—	—	—	—	—	—	Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Benefícios pagos no ano	(697.008)	(161.987)	(16.830)	(34.069)	(45.694)	(145.704)	—	(82.219)	(98.684)	—	—	—	—	—	—	Benefício pago diretamente pela empresa	—	—	—	—	—	—	—	—	(308)	—	—	—	—	—	—	Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(490.946)	(287.754)	(10.144)	—	—	—	—	—	(788.844)	—	—	—	—	—	—	<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>6.263.349</b>	<b>1.537.214</b>	<b>150.383</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>11.825.567</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Custo do serviço corrente bruto	903	—	19	(80)	848	(33)	—	(10.075)	(8.418)	—	—	—	—	—	—	Juros sobre obrigação atuarial	620.717	153.286	14.998	43.830	58.821	67.042	338	111.805	1.070.737	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	—	—	164	739	—	—	866	1.769	—	—	—	—	—	—
		31/12/2023		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Valor justo dos ativos do plano	(5.019.754)	(1.453.794)	(115.613)	(473.065)	(500.812)	(903.617)	—	—	—	—	(1.359.252)	(9.825.907)	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Passivo atuarial (líquido) reconhecido no balanço</b>	<b>968.587</b>	<b>14.653</b>	<b>22.314</b>	<b>(1.939)</b>	<b>133.947</b>	<b>487.514</b>	<b>3.415</b>	<b>1.062.494</b>	<b>2.690.986</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	1.939	—	—	—	—	—	—	1.939	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>968.587</b>	<b>14.653</b>	<b>22.314</b>	<b>—</b>	<b>60.192</b>	<b>205.510</b>	<b>3.415</b>	<b>538.661</b>	<b>1.813.332</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Valor presente das obrigações atuariais com cobertura</td> </tr> <tr> <td>Valor justo dos ativos do plano</td> <td>(4.980.779)</td> <td>(1.411.114)</td> <td>(119.199)</td> <td>(468.394)</td> <td>(499.465)</td> <td>(889.288)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(1.465.818)</td> <td>(9.834.057)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>(28.785)</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16">Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>28.785</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b></td> <td><b>1.282.570</b></td> <td><b>126.100</b></td> <td><b>31.184</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>90.209</b></td> <td><b>469.069</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>787.162</b></td> <td><b>2.760.843</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td colspan="16"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody> </table>																		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Valor presente das obrigações atuariais com cobertura																Valor justo dos ativos do plano	(4.980.779)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(499.465)	(889.288)	—	—	—	—	(1.465.818)	(9.834.057)	—	—	—	<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>(28.785)</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo																Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	28.785	—	—	—	—	—	—	28.785	—	—	—	—	<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>—</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table>																		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Custo do serviço corrente bruto																Juros sobre obrigação atuarial	645.392	186.590	15.637	42.801	56.456	74.329	383	120.105	1.141.693	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	1.097	—	160	565	31	—	1.378	3.231	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)	(404)	9	10.647	—	—	—	31.594	41.801	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	(152.269)	(11.951)	(52.349)	(45.221)	(60.733)	(597)	(19.129)	(697.181)	—	—	—	—	—	—	Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Benefícios pagos no ano	(697.008)	(161.987)	(16.830)	(34.069)	(45.694)	(145.704)	—	(82.219)	(98.684)	—	—	—	—	—	—	Benefício pago diretamente pela empresa	—	—	—	—	—	—	—	—	(308)	—	—	—	—	—	—	Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(490.946)	(287.754)	(10.144)	—	—	—	—	—	(788.844)	—	—	—	—	—	—	<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>6.263.349</b>	<b>1.537.214</b>	<b>150.383</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>11.825.567</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Custo do serviço corrente bruto	903	—	19	(80)	848	(33)	—	(10.075)	(8.418)	—	—	—	—	—	—	Juros sobre obrigação atuarial	620.717	153.286	14.998	43.830	58.821	67.042	338	111.805	1.070.737	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	—	—	164	739	—	—	866	1.769	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																
		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Valor justo dos ativos do plano	(4.980.779)	(1.411.114)	(119.199)	(468.394)	(499.465)	(889.288)	—	—	—	—	(1.465.818)	(9.834.057)	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>(28.785)</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	28.785	—	—	—	—	—	—	28.785	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>1.282.570</b>	<b>126.100</b>	<b>31.184</b>	<b>—</b>	<b>90.209</b>	<b>469.069</b>	<b>3.335</b>	<b>787.162</b>	<b>2.760.843</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="2">31/12/2022</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> <th colspan="2">CPFL Transmissão</th> </tr> <tr> <th colspan="2"></th> <th>Paulista</th> <th>Piratininga</th> <th>Renováveis</th> <th>Plano 1</th> <th>Plano 2</th> <th>Plano Único</th> <th>CTP</th> <th>CEEEPREV</th> <th>BD</th> <th>Total</th> <th colspan="2"></th> <th colspan="2"></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="16">Custo do serviço corrente bruto</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>645.392</td> <td>186.590</td> <td>15.637</td> <td>42.801</td> <td>56.456</td> <td>74.329</td> <td>383</td> <td>120.105</td> <td>1.141.693</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>1.097</td> <td>—</td> <td>160</td> <td>565</td> <td>31</td> <td>—</td> <td>1.378</td> <td>3.231</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas</td> <td>(45)</td> <td>(404)</td> <td>9</td> <td>10.647</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>31.594</td> <td>41.801</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras</td> <td>(354.932)</td> <td>(152.269)</td> <td>(11.951)</td> <td>(52.349)</td> <td>(45.221)</td> <td>(60.733)</td> <td>(597)</td> <td>(19.129)</td> <td>(697.181)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefícios pagos no ano</td> <td>(697.008)</td> <td>(161.987)</td> <td>(16.830)</td> <td>(34.069)</td> <td>(45.694)</td> <td>(145.704)</td> <td>—</td> <td>(82.219)</td> <td>(98.684)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Benefício pago diretamente pela empresa</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(308)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Ganho decorrente de conversão voluntária de renda</td> <td>(490.946)</td> <td>(287.754)</td> <td>(10.144)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>(788.844)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b></td> <td><b>6.263.349</b></td> <td><b>1.537.214</b></td> <td><b>150.383</b></td> <td><b>439.609</b></td> <td><b>589.674</b></td> <td><b>1.084.136</b></td> <td><b>3.335</b></td> <td><b>1.757.866</b></td> <td><b>11.825.567</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>—</b></td> </tr> <tr> <td>Custo do serviço corrente bruto</td> <td>903</td> <td>—</td> <td>19</td> <td>(80)</td> <td>848</td> <td>(33)</td> <td>—</td> <td>(10.075)</td> <td>(8.418)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre obrigação atuarial</td> <td>620.717</td> <td>153.286</td> <td>14.998</td> <td>43.830</td> <td>58.821</td> <td>67.042</td> <td>338</td> <td>111.805</td> <td>1.070.737</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Contribuições de participantes verdadeiras no exercício</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>164</td> <td>739</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>866</td> <td>1.769</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table>																		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão				Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total					Custo do serviço corrente bruto																Juros sobre obrigação atuarial	645.392	186.590	15.637	42.801	56.456	74.329	383	120.105	1.141.693	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	1.097	—	160	565	31	—	1.378	3.231	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)	(404)	9	10.647	—	—	—	31.594	41.801	—	—	—	—	—	—	Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	(152.269)	(11.951)	(52.349)	(45.221)	(60.733)	(597)	(19.129)	(697.181)	—	—	—	—	—	—	Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Benefícios pagos no ano	(697.008)	(161.987)	(16.830)	(34.069)	(45.694)	(145.704)	—	(82.219)	(98.684)	—	—	—	—	—	—	Benefício pago diretamente pela empresa	—	—	—	—	—	—	—	—	(308)	—	—	—	—	—	—	Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(490.946)	(287.754)	(10.144)	—	—	—	—	—	(788.844)	—	—	—	—	—	—	<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>6.263.349</b>	<b>1.537.214</b>	<b>150.383</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>11.825.567</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	Custo do serviço corrente bruto	903	—	19	(80)	848	(33)	—	(10.075)	(8.418)	—	—	—	—	—	—	Juros sobre obrigação atuarial	620.717	153.286	14.998	43.830	58.821	67.042	338	111.805	1.070.737	—	—	—	—	—	—	Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	—	—	164	739	—	—	866	1.769	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																
		31/12/2022		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão		CPFL Transmissão																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Paulista	Piratininga	Renováveis	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CTP	CEEEPREV	BD	Total																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Custo do serviço corrente bruto																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Juros sobre obrigação atuarial	645.392	186.590	15.637	42.801	56.456	74.329	383	120.105	1.141.693	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	1.097	—	160	565	31	—	1.378	3.231	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(45)	(404)	9	10.647	—	—	—	31.594	41.801	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(354.932)	(152.269)	(11.951)	(52.349)	(45.221)	(60.733)	(597)	(19.129)	(697.181)	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Efeito <i>risk sharing</i> (Parcela atribuída aos participantes)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Benefícios pagos no ano	(697.008)	(161.987)	(16.830)	(34.069)	(45.694)	(145.704)	—	(82.219)	(98.684)	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Benefício pago diretamente pela empresa	—	—	—	—	—	—	—	—	(308)	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	(490.946)	(287.754)	(10.144)	—	—	—	—	—	(788.844)	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022</b>	<b>6.263.349</b>	<b>1.537.214</b>	<b>150.383</b>	<b>439.609</b>	<b>589.674</b>	<b>1.084.136</b>	<b>3.335</b>	<b>1.757.866</b>	<b>11.825.567</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Custo do serviço corrente bruto	903	—	19	(80)	848	(33)	—	(10.075)	(8.418)	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros sobre obrigação atuarial	620.717	153.286	14.998	43.830	58.821	67.042	338	111.805	1.070.737	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Contribuições de participantes verdadeiras no exercício	—	—	—	164	739	—	—	866	1.769	—	—	—	—	—	—																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																

continua →

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

	Ativos administrados pela VIVEST				Ativos administrados pela Família Previdência							
	CPFL Paulista e CPFL Geração		CPFL Piratininga		RGE Sul (RGE)		CPFL Transmissão					
	2023	2022	2023	2022	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CEEEPREV BD				
<b>Renda fixa</b>	85%	79%	90%	79%	-1%	76%	0%	80%	0%	67%	0%	65%
Títulos públicos federais	35%	37%	34%	36%	-1%	67%	0%	67%	0%	58%	0%	56%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	3%	0%	4%	0%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%	1%	1%	0%	2%	0%	3%	0%	3%	0%	3%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%	0%	1%	0%	4%	0%	7%	0%	3%	0%	1%
Outros investimentos de renda fixa	49%	37%	55%	40%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Renda variável</b>	<b>8%</b>	<b>17%</b>	<b>7%</b>	<b>16%</b>	<b>0%</b>	<b>12%</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>0%</b>	<b>19%</b>	<b>0%</b>	<b>21%</b>
Fundos de investimento em ações	3%	17%	7%	16%	0%	12%	0%	15%	0%	19%	0%	21%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>8%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>9%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>7%</b>	<b>0%</b>	<b>9%</b>
Fundos de participação	0%	-	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos imobiliários	0%	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%	2%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	7%	0%	9%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>96%</b>	<b>96%</b>	<b>100%</b>	<b>98%</b>	<b>0%</b>	<b>97%</b>	<b>0%</b>	<b>95%</b>	<b>0%</b>	<b>94%</b>	<b>0%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>	<b>0%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>	<b>-1%</b>
Depósitos judiciais e outros	3%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	-1%
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>5%</b>	<b>5%</b>	<b>1%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>5%</b>	<b>0%</b>	<b>6%</b>	<b>0%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.

	Meta para 2024							
	VIVEST		FAMÍLIA PREVIDÊNCIA RGE Sul (RGE)		FAMÍLIA PREVIDÊNCIA CPFL Transmissão			
	CPFL Paulista e CPFL Renováveis	CPFL Piratininga	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CEEEPREV BD		
Renda Fixa	83,9%	79,3%	81,4%	80,5%	76,2%	75,7%		
Renda variável	13,1%	1,7%	6,0%	6,0%	10,0%	9,3%		
Imóveis	1,4%	0,8%	0,8%	0,9%	1,1%	0,9%		
Empréstimos e financiamentos	1,4%	1%	1,8%	2,6%	2,7%	3,4%		
Investimentos estruturados	0,2%	15,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,7%		
Investimentos no exterior	0,0%	2,3%	0%	0%	0,0%	0,0%		
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos feitas pelas fundações, efetuada ao final de 2023 em suas Políticas de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imutização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidas na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. **20.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33/IAS 19. Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tabela de mortalidade fosse desagradada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)		CPFL		RGE Sul (RGE)		CPFL Transmissão**		Total
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	Plano 1	Plano 2	Plano Único	CEEEPREV BD			
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	127.636	34.541	3.014	11.401	15.714	26.601	54.541	273.448
0,25 p.p.	(122.323)	(33.104)	(2.900)	(10.931)	(15.051)	(25.693)	(52.417)	(262.419)	
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(152.722)	(31.537)	(3.254)	(8.715)	(12.608)	(40.207)	(51.223)	(300.266)
	+1 ano	151.109	30.896	3.213	8.480	12.307	39.876	50.132	296.013

\* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p. para 9,46% a.a. e 9,96% a.a., respectivamente. A premissa utilizada na exposição do Segmento de Renda Variável, e além disso, foi iniciada a estratégia de redução de duração dos planos, com migração dos Títulos Públicos - NTN-Bs com vencimento mais longos para vértices mais curtos. A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test"). A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

**21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	575.356	341.363
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	196.543	114.131
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>771.899</b>	<b>455.493</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	516.796	50.063
Programa de integração social - PIS	46.166	43.031
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	214.233	201.018
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	17.291	26.925
Outros	87.029	101.177
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	194.493	18.055
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>1.075.007</b>	<b>440.270</b>
<b>Total circulante</b>	<b>1.847.906</b>	<b>895.763</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	249.414	231.653
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	25.562	23.364
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>274.976</b>	<b>255.017</b>
IRPJ/CSLL parcelamento	4.397	4.921
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	925.899	1.007.138
Outros	3.952	911
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>934.248</b>	<b>1.012.970</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>1.209.224</b>	<b>1.267.987</b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro líquido. O maior montante dos casos refere-se a Mandado de Segurança impetrado pela controlada CPFL Piratininga, que discute a possibilidade da dedução da despesa da CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão. **Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (arts. 73 e seguintes do RICMS). Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente a partir de 18 de fevereiro de 2023. **Transação tributária relacionada a contencioso judicial - IRPJ/CSLL sobre previdência privada - CPFL Paulista:** Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a CPFL Paulista e a Procuradoria da Fazenda Nacional ("PGFN"), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGF/NME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022, referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de IRPJ e CSLL, das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da CPFL Paulista perante a Fundação CESP (atual "Vivest"). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o estágio de discussão do processo na época, o possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data-base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela CPFL Paulista nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data-base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.025.193. Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional "PGFN" consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Como parte do acordo, referido saldo deverá ser pago em 60 (sessenta) parcelas mensais, sendo que de maio a dezembro de 2023 foram quitadas 8 parcelas no montante total de R\$ 10.824 e o saldo atualizado do parcelamento em dezembro de 2023 é de R\$ 1.119.942. Com relação às garantias financeiras (seguros e fianças bancárias), cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.716.086 (R\$ 1.814.280 em 31 de dezembro de 2022), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor a administração prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação. Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação. O Grupo possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 22 - Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas e depósitos judiciais.

**22. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	568.319	231.537	510.853	190.486
Cíveis	392.972	35.875	417.121	33.127
Fiscais	387.787	519.290	295.284	491.290
Outros	164.293	3.092	121.277	2.018
<b>Total</b>	<b>1.513.371</b>	<b>789.734</b>	<b>1.345.236</b>	<b>716.921</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e outros está demonstrada da seguinte forma:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	510.853	153.708	(88.637)	575.924
Cíveis	417.121	191.473	(65.124)	543.470
Fiscais	295.984	109.671	(25.287)	380.368
Outros	121.277	48.512	(154)	174.535
<b>Total</b>	<b>1.345.236</b>	<b>503.363</b>	<b>(179.203)</b>	<b>1.669.396</b>

As provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que o Grupo é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração do Grupo. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: **a. Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações), **b. Cíveis - Danos pessoais** - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica das controladas, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros. **Majoração tarifária** - Corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nº 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado". **c. Fiscais** - Referem-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo IRPJ, CSLL, INSS, FGTS, SAT, ICMS, PIS e COFINS. **d. Outros** - A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória. **Perdas possíveis:** O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	Consolidado		Principais causas
	31/12/2023	31/12/2022	
Trabalhistas	694.744	629.643	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	2.655.320	2.533.637	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos e cobranças por ocupação da faixa de domínio
Fiscais	3.558.093	3.767.887	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - outros	2.979.793	2.973.319	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatórios	173.440	162.080	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>10.061.390</b>	<b>10.066.566</b>	

**Civil:** Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriel e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem para declarar a inadimplência em relação às obrigações contratuais decorrentes do contrato de constituição de consórcio, com pedido de indenização em razão das perdas relacionadas à não concessão do pagamento de honorários, despesas com árbitros e custas da arbitragem. Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de sentença arbitral desfavorável às controladas e, em junho de 2023, as controladas ajustaram ação anulatória da sentença arbitral, com o objetivo de contestar o valor final arbitrado de R\$ 450 milhões. Em junho de 2023, as controladas ajustaram o pagamento de R\$ 53 milhões, sem impacto na demonstração de resultado, pois o respectivo passivo já estava registrado. O valor remanescente permanece em discussão na ação anulatória de sentença arbitral, na qual as controladas obtiveram decisão liminar suspendendo os efeitos da sentença arbitral, avaliado pelos assessores legais do Grupo como risco de perda possível. **Fiscais:** (i) Em 2016, a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante atualizado até junho de 2023 de R\$ 384.975 referente cobrança de IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. Em junho de 2023 houve decisão do CARF parcialmente favorável e remanesce em discussão o valor total de R\$ 196.263; (ii) Em 2016, a controlada CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 548.941 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERS Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, o

quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível. A partir de setembro de 2020, em decorrência da integração da CPFL Renováveis em 2020 os processos migraram para a CPFL Renováveis. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

**23. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	478.793	431.655	76.025	84.754
Programa de eficiência energética - PEE	305.168	400.715	10.950	6.344
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	226.067	210.868	63.806	69.492
EPE/FNDC/PROCEL (*)	68.703	50.743	-	-
Fundo de reversão	1.712	1.712	5.769	7.481
Adiantamentos	614.909	766.939	148.380	126.579
Descontos tarifários - CDE	18.388	29.253	-	-
Folha de pagamento	35.123	35.471	-	-
Participação nos lucros	142.505	128.318	56.779	47.200
Convênios de arcação	126.542	117.410	-	-
Aquisição de negócios	11.858	12.282	-	-
Outros	186.315	169.503	381.031	364.413
<b>Total</b>	<b>2.216.083</b>	<b>2.354.869</b>	<b>742.739</b>	<b>706.263</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDC/PT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica. **Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. **Adiantamentos:** refere-se substancialmente a adiantamento de clientes relativo ao faturamento antecipado pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço. **Programas de eficiência energética - PEE e pesquisa e desenvolvimento - P&D:** as controladas de distribuição reconhecem passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e o Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarif

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado											
	Outros custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
	2023	2022	2023	2022	Vendas 2023	2022	Gerais e administrativas 2023	2022	Outros 2023	2022	2023	2022
Pessoal	1.452.219	1.437.069	-	-	211.789	184.963	495.503	415.546	-	-	2.159.511	2.037.578
Entidade de previdência privada	163.307	337.904	-	-	-	-	-	-	163.307	337.904	-	-
Material	342.821	442.201	2.185	1.747	30.655	11.625	20.111	9.750	-	-	395.772	465.323
Serviços de terceiros	233.843	191.336	3.158	2.850	207.681	197.350	546.299	343.269	-	-	990.981	734.805
Custos com construção da infraestrutura	-	-	4.370.793	5.385.799	-	-	-	-	-	-	4.370.793	5.385.799
Provisão para perda ao valor recuperável (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	-	334.193	-	334.193	-
Ajuste a valor justo em investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	49.607 (640.305)	49.607 (640.305)	-	-
Outros	142.951	86.450	35	60	76.898	84.255	431.448	560.561	170.888	140.888	822.22	872.214
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	76.758	84.736	-	-	-	-	76.758	84.736
Arrendamentos e alugueis	89.001	64.892	-	-	(1.086)	-	(13.835)	1.620	-	-	74.880	66.512
Publicidade e propaganda	-	18	-	-	-	-	32.112	28.974	-	-	32.112	28.992
Legais, judiciais e indenizações	-	(1)	-	-	731	-	402.666	531.409	-	-	403.397	531.408
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	163.736	177.994	163.736	177.994
Outros	53.951	21.541	35	60	495 (481)	10.505	(1.442)	7.152 (37.106)	72.138	(17.428)	-	-
<b>Total</b>	<b>2.335.142</b>	<b>2.494.961</b>	<b>4.376.171</b>	<b>5.390.456</b>	<b>527.024</b>	<b>478.193</b>	<b>1.493.361</b>	<b>1.329.126</b>	<b>554.686</b>	<b>(499.417)</b>	<b>9.286.385</b>	<b>9.193.319</b>

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras	672.161	475.381
Acrescimos e multas moratórias	321.666	340.072
Atualização de créditos fiscais	616.885	723.446
Atualização de depósitos judiciais	50.933	70.151
Atualizações monetárias e cambiais	104.416	222.392
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	151.372	50.040
Atualização de ativo financeiro setorial (nota 9)	138.235	365.879
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.341)	(9.332)
Outros	25.006	(19.803)
<b>Total</b>	<b>1.935.333</b>	<b>2.154.127</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de dívidas	(1.848.282)	(1.629.329)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.532.358)	(2.331.410)
(-) Juros capitalizados	38.858	53.547
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(71.825)	(49.360)
Atualização de mútuo com a controladora (nota 3)	(396.460)	(339.201)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8)	(494.801)	(561.943)
Outros	(187.305)	(207.700)
<b>Total</b>	<b>(4.921.173)</b>	<b>(5.065.296)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.556.840)</b>	<b>(2.911.269)</b>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,28% durante o exercício de 2023 (7,14% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23. As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 1.250.634 em 2023 (perdas de R\$ 1.327.347 em 2022) (nota 34).

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais do Grupo é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de distribuição, geração, transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços prestados. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuídos ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em condições de mercado. A nota explicativa 4 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos. Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Consolidado									
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total	
<b>2023</b>										
Recita operacional líquida	32.401.575	3.354.500	1.529.940	2.291.390	165.514	39.742.919	271	-	-	39.743.190
(-) Vendas entre segmentos	12.174	1.642.824	424.516	18.309	845.944	2.943.768	-	(2.943.768)	-	-
Custo com energia elétrica	(17.016.789)	(547.098)	-	(2.202.898)	-	(19.766.785)	-	2.097.966	(17.668.819)	-
Custos e despesas operacionais	(7.492.797)	(1.039.463)	(977.502)	(67.386)	(783.406)	(10.360.553)	(49.086)	845.801	(9.563.838)	-
Depreciação e amortização	(1.171.213)	(896.084)	(57.811)	(5.710)	(80.823)	(2.181.641)	(67.978)	-	(2.249.618)	-
Resultado do serviço	6.732.950	2.514.680	919.143	33.706	177.229	10.377.708	(116.793)	-	10.260.915	-
Resultados de participações societárias	-	314.909	3.799	-	-	318.708	-	-	318.708	-
Recita financeira	1.560.891	220.183	86.219	55.898	23.573	1.946.764	235	(11.666)	1.935.333	-
Despesa financeira	(3.303.374)	(785.467)	(267.309)	(133.777)	(11.659)	(4.501.587)	(2.253)	11.666	(4.492.173)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	4.990.467	2.264.304	741.852	(44.173)	189.143	8.141.594	(118.811)	-	8.022.782	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.686.038)	(490.782)	(209.414)	(1.593)	(44.851)	(2.432.677)	(52.944)	-	(2.485.621)	-
Lucro (prejuízo) líquido	3.304.429	1.773.523	532.438	(45.765)	144.292	5.708.917	(171.755)	-	5.537.162	-
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	3.792.884	446.468	734.722	4.837	91.456	5.070.367	2.841	-	5.073.208	-
<b>2022</b>										
Recita operacional líquida	32.388.550	2.953.000	1.550.460	2.317.611	144.526	39.354.147	90	-	39.354.237	-
(-) Vendas entre segmentos	10.898	1.298.430	413.844	19.730	899.077	2.641.980	-	(2.641.980)	-	-
Custo com energia elétrica	(16.902.804)	(545.087)	-	(2.369.486)	-	(19.817.378)	-	1.746.920	(18.070.458)	-
Custos e despesas operacionais	(8.498.160)	49.158	(1.004.028)	(53.994)	(843.995)	(10.351.019)	(56.008)	895.082	(9.511.947)	-
Depreciação e amortização	(1.070.643)	(761.171)	(70.122)	(5.774)	(52.485)	(1.960.196)	(71.250)	-	(2.031.445)	-
Resultado do serviço	5.927.841	2.994.329	890.154	(91.914)	147.123	9.867.533	(127.145)	-	9.740.387	-
Resultados de participações societárias	-	488.731	1.799	-	-	490.530	-	-	490.530	-
Recita financeira	1.744.126	173.703	176.006	36.477	14.902	2.145.215	29,56	(21.044)	2.154.127	-
Despesa financeira	(3.791.168)	(789.688)	(221.148)	(203.612)	(15.061)	(5.020.676)	(66.764)	21.044	(5.065.396)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	3.880.800	2.867.075	846.811	(259.048)	146.964	7.482.602	(162.953)	-	7.319.648	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.502.465)	(268.133)	(286.347)	15,645	(33.963)	(2.075.263)	(25,572)	-	(2.100.835)	-
Lucro (prejuízo) líquido	2.378.334	2.598.942	560.464	(243.404)	113.002	5.407.338	(188.526)	-	5.218.813	-
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	4.790.933	258.163	696.510	5,873	52.391	5.803.870	1,545	-	5.805.415	-

(\*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui as seguintes empresas como acionistas controladores: • State Grid Brazil Power Participações S.A. Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético. • ESC Energia S.A. Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A. As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1. Foram consideradas como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exercem influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas. As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir: a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia pelas distribuidoras, comercializadoras e geradoras através de contratos de curto ou longo prazo e de tarifas cobradas pelo uso da rede de distribuição (TUSD). Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhantes às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente. b) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Refere-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia. c) **Outras operações financeiras** - Refere-se principalmente à emissão de debêntures pelas controladas CPFL Paulista e RGE, adquiridas pela State Grid Brazil Power Participações S.A. A taxa efetiva anual destas debêntures é de CDI + 1,20% com vencimento em dezembro de 2026. Algumas controladas da Companhia possuem planos de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Vivest e Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 20 Entidade de Previdência Privada. O Grupo possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas. A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas. A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) Ioi de R\$ 90.507 (R\$ 89.030 em 2022). Este valor é composto por R\$ 70.261 (R\$ 72.120 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 1.572 (R\$ 1.233 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 18.673 (R\$ 15.676 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. O saldo de mútuo ativo na controladora em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 37.942 refere-se substancialmente ao mútuo efetuado com a controlada CPFL Serviços, com vencimento até dezembro de 2024 e remunerado a 105,75% do CDI (R\$ 52.859 em 31 de dezembro de 2022). O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 3.140.112 (R\$ 2.803.121 em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos mútuos entre as controladas CPFL Renováveis de R\$ 2.639.042 (R\$ 2.355.825 em 31 de dezembro de 2022) e CPFL Brasil de R\$ 501.070 (R\$ 447.296 em 31 de dezembro de 2022), e a controladora State Grid Brazil Power, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a. As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China. **Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:**

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/Custo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
<b>Outras Operações Financeiras</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	1.565.111	1.500.000	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	51	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Entidades sob o controle comum	-	6	25	-	308	57	411.947	360.946
Empreendimentos controlados em conjunto e Outros (CPFL Energia consolidado)	-	3.915	94.211	152.944	601	38.337	957.628	1.296.344
<b>Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>								
Entidades sob o controle comum	12.567	-	11.639	20.363	12.618	-	9.153	82.620
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia consolidado)	98	230	-	-	5.518	4.568	46	-
<b>Contrato de Mútuos</b>								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	3.140.112	2.803.121	-	-	396.460	339.201
<b>Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio</b>								
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia consolidado)	7.502	1.500	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	3.913	19.038

32. SEGUROS

O Grupo mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	2.604.719
Transporte	Transporte nacional e internacional	1.459.231
Responsabilidade civil	risco ambientais e resp. civil profissional	281.348
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	2.086.198
Garantia	Seguro garantia	7.343.009
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b>13.924.585</b>

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre empresas do Grupo. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

33. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios do Grupo compreendem, principalmente, geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** No Grupo, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão de Riscos que descreve e regula o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e limites de exposição aos principais riscos. **Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:** • Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia; • Observar as responsabilidades previstas no Regulamento Interno do Conselho de Administração; • Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos; • Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia; • Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e • Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-las. **Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:** • Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento; • Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados; • Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e; • Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. A **Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:** • Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação; • Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação; • Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação; • Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos. A **Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:** • Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos

**CPFL Energia S.A.** - CNPJ nº 02.429.144/0001-93

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,04, R\$ 5,66 e R\$ 0,04 e a depreciação cambial de 4,16%, 5,15% e 9,37%, do dólar, do euro e do iene respectivamente em 31.12.2023. (c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em função da exposição cambial líquida do dólar, do euro e do iene serem ativas, o risco é baixa do dólar, do euro e do iene, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. e.2) **Varição das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Consolidado			Reculta (despesa)		
			Taxa período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)	
Instrumentos financeiros ativos	5.319.671				537.819	403.364	268.909	
Instrumentos financeiros passivos	(12.347.599)				(1.248.342)	(936.257)	(624.171)	
Derivativos - swap plain vanilla	(11.429.795)				(1.155.552)	(866.664)	(577.776)	
Ativos e passivos financeiros setoriais	(1.128.546)				(114.096)	(85.572)	(57.048)	
<b>Total</b>	<b>(19.586.269)</b>	alta CDI/SELIC	<b>11,65%</b>	<b>10,11%</b>	<b>(1.980.171)</b>	<b>(1.485.129)</b>	<b>(990.086)</b>	
Instrumentos financeiros passivos	(195.475)				(10.595)	(13.243)	(15.892)	
Derivativos - swap plain vanilla	(334.632)	alta IGP-M	-3,18%	5,42%	(10.595)	(13.243)	(15.892)	
Instrumentos financeiros passivos	(334.632)				(21.851)	(27.314)	(32.777)	
Derivativos - swap plain vanilla	(10.375.397)	alta TJLP	6,84%	6,53%	(21.851)	(27.314)	(32.777)	
Instrumentos financeiros passivos	4.870.753				(362.101)	(271.576)	(181.051)	
Instrumentos financeiros ativos	21.705.873				169.989	127.492	84.995	
<b>Total</b>	<b>16.201.229</b>	baixa IPCA	4,62%	3,49%	<b>565.423</b>	<b>424.067</b>	<b>282.711</b>	
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>	<b>(3.915.146)</b>				<b>(1.447.194)</b>	<b>(1.101.619)</b>	<b>(756.044)</b>	
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>48</b>	<b>35</b>	<b>24</b>	
					<b>(1.447.242)</b>	<b>(1.101.654)</b>	<b>(756.068)</b>	

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável. f) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissonárias e de outros instrumentos financeiros do Grupo. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7. **Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissonárias:** A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita Ajustada", refletindo a percepção do Grupo sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PCLD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla *Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default - PD")*, Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*"). **Fatores macroeconômicos:** Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possedissem correlação direta ao nível de inadimplência. **Caixa, equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários:** O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. **Derivativos:** O Grupo possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swap de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso

de mais de 1, é considerada a menor rating entre elas (nota 34.b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. g) **Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que o Grupo deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Consolidado						
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	17	3.092.503	344.522	255.464	178.540	2	218.880	4.089.910
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	18	72.387	1.766.384	2.899.463	6.650.098	3.893.436	914.459	16.196.227
Derivativos	34	-	27.312	33.703	495.825	-	-	556.840
Debêntures - principal e encargos	19	-	311.497	1.965.963	7.577.229	3.284.530	5.352.806	18.492.205
Taxas regulatortares		168.819	1.319	-	-	-	-	170.138
Uso do bem público		2.010	4.433	17.681	48.248	104.228	18.875	195.475
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	31	-	-	3.140.112	-	-	-	3.140.112
Outros	23	59.174	546.776	69.802	3.423	613	77.758	757.544
Consumidores e concessionárias		57.579	419.891	1.144	-	-	-	604.474
EPE/FNCD/PROCEL		1.272	57	67.375	-	-	-	68.703
Convênio de arrecadação		-	126.542	-	-	-	-	126.542
Fundo de reversão		143	286	1.283	3.423	613	1.734	7.481
Total		<b>3.394.892</b>	<b>3.002.244</b>	<b>8.382.188</b>	<b>14.953.362</b>	<b>7.282.809</b>	<b>6.582.778</b>	<b>43.598.270</b>

**35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

**Transações oriundas de combinações de negócios**

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo contratual	-	17.565
Imobilizado adquirido por combinação de negócios	-	2.127.838
Intangível adquirido por combinação de negócios, líquido dos efeitos tributários	-	109.104
Impostos diferidos sobre combinação de negócios	-	(52.795)
Outros ativos líquidos adquiridos por combinação de negócios	-	(214.920)
	-	1.986.792
	-	147.351

Caixa Adquirido na Combinação de Negócios

**Outras transações**

	31/12/2023	31/12/2022
Juros capitalizados	38.858	53.547
(Provisão)/Reversão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	(15.186)	22.437

**36. COMPROMISSOS**

Os compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 21 anos	13.334.005	24.220.217	12.995.941	5.679.654	56.229.817
Compra de energia de Itaipu	até 21 anos	2.071.135	4.745.079	2.711.947	1.997.762	11.525.923
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 29 anos	4.983.438	9.837.641	5.986.019	13.153.182	33.960.280
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 24 anos	53.743	109.222	67.705	187.310	417.980
Obras e construções (segmentos de distribuição, transmissão e geração)	até 11 anos	3.042.221	3.180.118	1.672.747	357.124	8.252.210
<b>Total</b>		<b>23.484.542</b>	<b>42.092.277</b>	<b>23.434.359</b>	<b>21.375.032</b>	<b>110.386.210</b>

**Obrigações contratuais em 31/12/2023**

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Controladas em conjunto				Total
		Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	
Projetos de construção de usina	até 3 anos	12.740	6.698	-	-	19.438
Encargos de Transmissão e Distribuição	até 4 anos	93.259	220.943	79.004	-	393.206
Repactuação do Risco Hidrológico	até 14 anos	69.597	206.241	34.771	272.397	583.006
Fornecedores de materiais e serviços	até 1 anos	9.241	-	-	-	9.241
<b>Total</b>		<b>184.836</b>	<b>433.882</b>	<b>113.775</b>	<b>272.397</b>	<b>1.004.890</b>

**37. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**37.1 Empréstimos e Financiamentos:** Em 14 de fevereiro de 2024 na controlada RGE, houve a liberação referente financiamento Lei 4.131, de R\$ 199.100 - (JPY 5.792.000,00), taxa de juros de 0,52% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização em agosto de 2024, para reforço de capital de giro.

**Parecer do Conselho Fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram os documentos abaixo indicados e são da opinião que os referidos documentos estão em condição de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, a ser realizada em 26 de abril de 2024: (I) aqueles relativos à Cisão Parcial da CPFL Geração de Energia S.A., com a incorporação do acervo líquido cindido pela CPFL Energia, nos termos do art. 224 a 229 da Lei 6.404/76; e (II) o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2023, com os esclarecimentos prestados pelos executivos da Companhia, e o Relatório elaborado pelos auditores independentes da Price-WaterhouseCoopers Brasil Ltda. ("PwC"), sem ressalvas, que será datado de 21 de março de 2024.

Campinas, 20 de março de 2024

Ran Zhang	Vinicius Nishioka	Paulo Nóbrega Frade
-----------	-------------------	---------------------

**Conselho de Administração**

<b>YUEHUI PAN</b> <b>ZHAO YUMENG</b> <b>GUSTAVO ESTRELLA</b> Conselheiros	<b>ANTONIO KANDIR</b> <b>MARCELO AMARAL MORAES</b> <b>LIU YANLI</b> Conselheiros
--	---

**Diretoria**

<b>GUSTAVO ESTRELLA</b> Diretor Presidente	<b>FUTAO HUANG</b> Vice-Presidente Executivo Diretor Vice-Presidente de Estratégia, Inovação e Excelência de Negócios	<b>LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO</b> Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas
<b>YUEHUI PAN</b> Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	<b>GUSTAVO PINTO GACHINEIRO</b> Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Institucionais	<b>KARIN REGINA LUCHESI</b> Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado
	<b>FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO</b> Diretor Vice-Presidente de Gestão Empresarial	<b>VITOR FAGALI</b> Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios

**Diretoria de Contabilidade**

**SERGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade - CT CRC 1SP19276/O-6

**Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
**CPFL Energia S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração do Ativo de contrato e correspondente Receita de remuneração do ativo de contrato (Notas 3.2 e 15).**

O Ativo de contrato das transmissoras no valor de R\$ 6.596.512 mil refere-se ao direito à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração do ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo. Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

**Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 9.537.937 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Para esses ativos, a administração da Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido *impairment*. Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável. A Administração efetuou, em 2023, a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados devido a existência de indicadores de perdas por *impairment* para determinadas UGCs. O valor recuperável foi determinado pela administração pelo valor estimado em uso, calculado com base no método de *income approach*. Foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na ordem de R\$ 334.196 mil. Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras.

**Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)**

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2023 somava R\$ 1.939.177 mil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofrem variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

**Mensuração e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 15 e 16)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro da concessão, Ativos contratual e Intangível (Direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 21.617.521 mil, R\$ 2.572.134 mil e R\$ 5.152.429 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização, ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do Ativo de contrato. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão, os preços e os prazos definidos. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro, das taxas de desconto aplicadas e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos. Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados. Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções. Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Em relação aos testes

de transações,